

A Escola Politécnica de Campina Grande pelo Diário da Borborema: Uma análise de discurso

Fábio Ronaldo da Silva

fabiocg@gmail.com

Rosilene Dias Montenegro

lena.montenegro@ul.com.br

Universidade Federal de Campina Grande

Índice

1	Um pouco sobre a análise de discurso	4
1.1	Situando nossa discursividade	12
2	História da Imprensa	14
2.1	A Imprensa no Brasil	20
2.2	A Imprensa da Monarquia	20
2.3	Imprensa alternativa	28
2.4	Imprensa na Paraíba	30
3	Editorial	39
4	A Escola Politécnica	47
5	Os Editoriais: A Análise	50
6	Considerações finais	74
7	Referências bibliográficas	77

O desenvolvimento tecnológico de um país depende de informações contidas em seus projetos. A falta de memória tecnológica cria um país de memória emprestada.

Nestor Goulart Reis

Apresentação

Quando o trabalho acadêmico é feito de um lugar teórico e sobre um tema pelos quais nos afinizamos, sentimo-nos tocados e instigados. Os temas objetos de nossas paixões reclamam sentidos e nos levam a várias questões.

Corre-se, no entanto, um risco – o de sermos tomados pelas paixões. Mas quando trabalhamos com uma teoria como a Análise do Discurso, que sustenta o recuo possível do analista em relação à materialidade do texto, temos a possibilidade de trabalharmos teoricamente com esses temas.

Tal prólogo se faz necessário pelo fato de, há quase três anos estou ligado há um projeto de pesquisa e tal envolvimento, às vezes pode causar algum dado ao objeto o qual estamos analisando, pois há laços de afinidades nessa história toda. O objeto em questão é a Escola Politécnica, ou melhor, o que se refere a essa Escola que foi a primeira de ensino superior criada em Campina Grande (PB) em 1952, com o curso de Engenharia Civil. Em 2004 um grupo de professores, coordenados pela professora do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, Dra. Rosilene Dias Montenegro, enviaram uma proposta para o CNPq e foi aceita. A proposta visa reescrever a memória da ciência e tecnologia da cidade de Campina Grande a partir da Escola da Politécnica, da Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Medicina e de todas as instituições de ensino superior da cidade, além de organizar e preservar todo o acervo documental, icnográfico e oral relacionado à ciência e tecnologia.

Assim, foram criados alguns grupos de pesquisa internos, para facilitar as atividades de pesquisa. Um deles ficou encarregado de pesquisar e catalogar todas as notícias referentes à ciência e

tecnologia na cidade de Campina Grande que foram publicadas no periódico *Diário da Borborema* – informativo mais antigo que ainda se encontra em circulação na cidade – e foi nesse grupo que fui inserido, dentre outros motivos, por ser jornalista. Durante dois anos, 2004 a 2006 foi feita a pesquisa e catalogação desse material. Alguns fragmentos foram apresentados em eventos acadêmicos, tais como congressos, seminários entre outros. Agora, nos dedicamos a uma análise com mais apreço desse material, tendo como exclusividade o editorial, por ser este o espaço em que o jornalista se move, circulando entre o dever de informar e o poder de opinar, que constitui uma concessão que, geralmente, é facultada pela instituição em que atua. Assim, escolhemos uma amostragem de seis editoriais que foram publicados entre 1957, ano em que o jornal *Diário da Borborema* passou a ser publicado, e 1961, ano em que a Escola Politécnica foi federalizada.

Dessa forma, o trabalho tem como desafio sair do lugar que nos é aparentemente conhecido, que nos é familiar. Pois, como afirma Orlandi (1996) a proposta para se fazer ciência é tornar estranho o que é familiar, pois o que nos é familiar, não conhecemos, só reconhecemos. Assim, nosso trabalho discute, no primeiro momento, um pouco sobre Análise de Discurso tendo como base as discussões feitas por Pêcheux e Orlandi. No segundo momento apresentamos a história da imprensa, no intuito de perceber que, desde a sua criação, a imprensa foi utilizada para, além de informar, passar “verdades” tidas como absolutas, sejam através de notícias, artigos ou editoriais. No terceiro e último momento do nosso trabalho, é feita a análise de seis editoriais que têm como ponto comum, falar sobre a Escola Politécnica, sobre desenvolvimento e progresso da cidade de Campina Grande possibilitado por essa instituição.

Além de contribuir para (re)contar a história da Escola Politécnica, a base da Universidade Federal de Campina Grande, o trabalho tem relevância no tocante a discutir o poder que um simples editorial publicado em um jornal possui, pois o mesmo, além de vir em um periódico que recebeu a credibilidade de um deter-

minado público, traz o nome de quem o escreveu e, o que é mais importante, um texto repleto de significados. Isto, dependendo da forma em que foi escrito e absorvido pelos que leram, faz com que determinadas idéias se alojem no inconsciente, ganhando espaço e significação que pode sobreviver na memória de um povo por longo período, como é o caso de, já na década de 50, Campina Grande passar a ser vista como uma cidade científica e tecnologicamente desenvolvida, idéia do século passado que ainda está bastante presente no nosso dia-a-dia, fazendo com que a cidade receba o título de pólo tecnológico.

1 Um pouco sobre a análise de discurso

Será feita aqui, uma discussão teórica que vai permear nosso objeto de análise, na última parte do nosso trabalho. É necessário afirmar ainda que iremos nos situar em uma posição discursiva e não sociológica. Não estamos tratando de pessoas ou situações empíricas, mas buscando compreender funcionamentos discursivos. O jornal *Diário da Borborema* e, em especial, os editoriais e artigos de Stênio Lopes e Lopes de Andrade que serão analisados mais adiante, nos interessam enquanto fato de linguagem, enquanto fato discursivo, pois entendemos sua forma material como um acontecimento da língua em sujeitos afetados pela história.

Faremos, então, considerações acerca desse lugar teórico ao qual iremos trabalhar, isto é, a Escola Francesa de Análise do Discurso. Segundo Pêcheux e Fuchs (1975), o quadro epistemológico da Análise do Discurso, doravante AD, resulta de três regiões do conhecimento científico, articulação que retomamos por sua importância teórica:

- O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
- A lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;

- A teoria do discurso, como teoria da determinação história dos processos semânticos.

Pêcheux afirma que essas três regiões do conhecimento são atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica.

Isso nos faz considerar a afirmação de Orlandi (1996a, p. 26) de que AD é uma disciplina de entremeio, pois

“se a lingüística deixa para fora a exterioridade (que é objeto das ciências sociais) e as ciências sociais deixam para fora a linguagem (que é objeto da lingüística), a AD coloca em questionamento justamente essa relação excludente, transformando, por isso mesmo, a própria noção de linguagem (em sua autonomia absoluta) e a de exterioridade (histórico empírica)”.

Orlandi explicita ainda que a AD questiona o que é deixado para fora no campo da lingüística: “o sujeito e a situação” (1996a, p. 26). No que diz respeito à psicanálise, Orlandi (1999a, p. 20) nos mostra que a AD dela se demarca “pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele”.

É nesse questionar de exclusões que a AD constitui o seu objeto próprio: o discurso, que é definido por Pêcheux (1969, p 13) como “efeito de sentidos entre locutores”. Definição essa implica em recusar a concepção de língua como mero instrumento de comunicação e como entidade autônoma e decorre da consideração, na construção de seu objeto, do sujeito e da situação. A língua nesse sentido tem uma autonomia relativa e “se apresenta como a base material comum de processos discursivos diferenciados” Pêcheux (1975, p. 91), o que não significa que ela é um sistema desordenado; pelo contrário, “todo sistema lingüístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma autonomia relativa que o submete a leis internas,

as quais constituem, precisamente, o objeto da Lingüística” (Pêcheux, *idem*, p. 93). Tomando posição contrária aos logicistas, Pêcheux acrescenta que é “sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos, e não enquanto expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva etc, que utilizaria ‘acidentalmente’ os sistemas lingüísticos” (*idem*, p. 105).

Afirmar que a utilização da língua não é acidental é considerar que a constituição do sujeito está intrinsecamente ligada a ela. O sujeito precisa estar sujeito à língua, é esta a condição para que ele constitua sua objetividade. Orlandi (1999a, p. 85) sobre isso afirma que “diante de qualquer objeto simbólico o homem é instado a se perguntar: o que isto quer dizer?” Isto é, ele precisa produzir sentido. Isto significa que o sujeito precisa interpretar. Diante da necessidade de significar o sujeito produz “gestos de interpretação” (ORLANDI, 1996a, p. 50).

Não se trata, entretanto, de uma concepção de sujeito “centrado”, “dono de si”, “origem do seu dizer”, pois como afirma Orlandi (1999b, p. 17):

“a ideologia interpela o individuo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico da história. ampliando a questão, a autora acrescenta “não há nem sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua. Em outras palavras, pra dizer, o indivíduo é interpretado em sujeito pela ideologia”.

É importante observarmos que, na perspectiva discursiva, a noção de ideologia adquire uma materialidade no discurso pela sua resignificação. A ideologia não é entendida como representação ou ocultação da realidade. “Enquanto prática significante, discursiva, ela aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história, para que signifique” (ORLANDI, 1996b, p.28).

Mas é imprescindível que tal processo se “apague” para o sujeito, pois é preciso, para ele, se manter na evidência de ser sempre já sujeito e ter, portanto, a ilusão de ser a origem do sentido. Todavia, isso somente se torna possível em virtude do que Pêcheux (1975) denominou de “os dois esquecimentos”.

O primeiro esquecimento é do nível do inconsciente, por ele o sujeito tem a ilusão de ser a origem do seu dizer, apagando-se a identificação à formação discursiva que o constitui. O segundo esquecimento é da instância da enunciação e possibilita ao sujeito a ilusão de que o que ele diz somente poderia ser dito daquela maneira, pois lhe fica apagado que seu dizer se formula na relação de famílias parafrásticas, ou seja, há sempre outras maneiras possíveis de dizer.

Voltando às reflexões de Pêcheux sobre os processos discursivos, a afirmação de que eles não são pura expressão do pensamento, pura atividade cognitiva, implica que existe algo mais a se considerar, ou seja, a história. Para a AD, a história “não é entendida como sucessão de fatos com sentidos já dados, dispostos em seqüência cronológica, mas como fatos que reclamam sentidos” Henry (*apud* ORLANDI, 1996a, p. 33).

Quando afirmamos que no questionar de exclusões, a historicidade, deixada para fora pela lingüística, o simbólico, deixado para fora pelas ciências sociais, assim como o ideológico, pela psicanálise, que a AD constitui o discurso como seu objeto, estamos considerando um conceito bastante importante para o analista, o de “forma material”. Orlandi (1996b, p. 28) afirma que a forma material pode ser definida pela consideração independente, mas inter-relacionada do sujeito, da língua e da história. Assim, continua a autora, não é possível uma divisão forma/conteúdo, pois a noção teórica de “materialidade é definida na ordem do discurso como forma material, relação da ordem simbólica com o mundo”. Retomando Pêcheux, Orlandi (1996b, p. 28) aponta que a noção de forma material tem vigência na perspectiva que “considera a relação entre a língua como sistema sintático intrinsecamente possível de jogo e discursividade como inscrição dos

efeitos lingüísticos e materiais da história. É essa relação que produz sentidos.”

Assim, pode-se afirmar que é impossível ao analista analisar um discurso como se estivesse analisando um texto, ou seja, como “uma seqüência lingüística fechada sobre si mesma” (PÊCHEUX, 1969, p. 79). É necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção.

Segundo Orlandi (1999a, p. 30) as condições de produção “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso”, por isso pensarmos sempre “o fora” como constitutivo do discurso e, nunca como uma exterioridade empírica. A memória discursiva é tratada então, como interdiscurso, “algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente” (PÊCHEUX, 1975, p. 162). Assim podemos afirmar que o interdiscurso apresenta um efeito de sustentação para o dizer, ainda que o sujeito não tenha consciência disso, pois ele “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 1999a, p. 32). Essa disponibilização de dizeres aparece no discurso na forma de pré-construído, conceito elaborado por Paul Henry para “designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado” (PÊCHEUX, 1975, p. 99).

As considerações teóricas que foram feitas aqui situam o trabalho do analista. São conceitos importantes para a prática analítica, visto que não possibilitam tomar a linguagem como transparente. E no âmbito da análise, como não nos deixarmos levar por um “achismo” na leitura do material analisado?

Por isso, “a linguagem configura as pistas para que possamos chegar um pouco mais perto do sujeito, e a Análise do Discurso possibilita que o conhecimento constitua-se além do ‘achar’ de cada pesquisador e fora de qualquer modelo pré-concebido”. Segundo Lagazzi (1988, p. 51) “é na linguagem que o sujeito se constitui, e é também nela que ele deixa as marcas desse processo

ideológico”. Assim, é também na linguagem que ficam as marcas dos processos discursivos.

Como já foi dito, a construção dos dispositivos teórico e analítico possibilita que o analista faça a leitura de uma posição deslocada, o que significa fazer uma leitura não subjetiva do seu material. Orlandi (1996a, p. 79), afirma que a construção do dispositivo está relacionada ao “reconhecimento da materialidade da linguagem, da sua não transparência, e da necessidade, consequentemente, de um dispositivo para ter acesso a ela, para trabalhar sua espessura lingüística e histórica: sua discursividade”.

Reconhecimento essencial para o analista de discurso, visto que a AD não interessa responder, conteudisticamente, “o quê” um objeto simbólico significa, mas compreender como os sentidos são produzidos, ou seja, como os objetos simbólicos produzem sentido. Assim, sendo o objetivo do analista, responsável pela pergunta que desencadeia a análise, o objetivo do dispositivo teórico, sustentado em princípios gerais da Análise do Discurso, é mediar o movimento entre a descrição e a interpretação (ORLANDI, 1999a).

Compreender como os sentidos são produzidos implica, necessariamente, atingir a noção de funcionamento da língua e passar para o discurso. Daí dizer que o dispositivo da interpretação sustenta-se na noção de efeito metafórico, conceito criado por Pêcheux (1969).

Para a elaboração desse conceito, o autor rejeita o procedimento analítico apresentado pela teoria da gramática gerativa, que procura responder a questão: “que regras lingüísticas são consciente ou inconscientemente aplicadas para produzir frases corretas de língua dada?”. Colocando, portanto, a organização da língua em torno do “sujeito falante”, Pêcheux considera que esse procedimento possibilita, sem qualquer inconveniente, a análise dos “efeitos de superfície da seqüência discursiva”, pois estaria presupondo a existência de um “sujeito psicológico universal” capaz de sustentar todos os discursos possíveis, uma vez que estaria apto a realizar as frases gramaticalmente corretas da língua. Assim

proceder, significa que a análise cedeu seu lugar a síntese. O autor considera, ainda, inevitável que se faça a opção pela análise, mas acrescenta a necessidade dos seus principais princípios, ou seja, “a série de superfícies discursivas constitui um vestígio do processo de produção do discurso, isto é, da ‘estrutura profunda’ comum a um conjunto finito de realizações discursivas empíricas” (PÊCHEUX, 1969, p. 94).

O procedimento proposto, então, é remontar desses ‘efeitos de superfície’ para a estrutura visível que o determina: “é só depois que uma teoria geral dos processos de produção discursivos torna-se realizável, enquanto teoria de variação regulada das ‘estruturas profundas’” (idem, idem).

Sobre a utilização da expressão “superfície lingüística” Brandão (1997) propõe a necessidade se sua substituição pela expressão “material lingüista empírico”. Segundo a autora, essa substituição se faz necessária para que não se estabeleça nenhuma relação com os termos utilizados pela sintaxe transformacional.

Remonta “a estrutura invisível que determina os efeitos de superfície”, para voltarmos às palavras de Pêcheux, é possível pela consideração do “efeito metafórico”, cujo funcionamento aponta para o deslize e para a permanência do sentido. É assim, chamado de efeito metafórico o “fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse ‘deslizamento’ de sentido entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y” (PÊCHEUX, 1969, p. 96).

Pêcheux acrescenta que, em um estado definido de condições de produção de um discurso, a substituição de um elemento da materialidade lingüística afeta os seus sentidos, tornando-o diferente, mas não produz um deslocamento da região de significação que sustenta o discurso. Dessa forma, o efeito metafórico produz, através da superfície do texto, o efeito de ancoragem semântica.

Orlandi (1996a) retoma e amplia essa questão. Segundo a autora, Pêcheux formulará mais precisamente a especificidade do efeito metafórico em relação ao dispositivo teórico de análise ao afirmar que todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois,

“linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a Análise do Discurso” (PÊCHEUX, 1997a, p. 53).

Orlandi acrescenta que é justamente

“nesse lugar, em que se produz o deslizamento de sentidos, enquanto efeito metafórico, onde língua e história se ligam pelo equívoco (materialmente determinado) que se define o trabalho ideológico, em outras palavras, o trabalho da interpretação” (ORLANDI, 1996a, p.82)

Trazer à visibilidade os efeitos metafóricos é tarefa do analista que, ao individualizar o dispositivo teórico, tem a possibilidade de

“colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em lugar com o que é dito em outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não disse mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras. (ORLANDI, 1999a, p. 59)

Em outras palavras, é dar visibilidade aos gestos de interpretação que possibilitaram a produção de sentidos.

De acordo com Orlandi (1999a, p. 27), “embora o dispositivo teórico encampe o dispositivo analítico, o inclua, quando nos referimos ao dispositivo analítico, estamos pensando no dispositivo teórico já ‘individualizado’ pelo analista em uma análise específica”. E o que definirá a sua forma é a questão posta pelo analista, a natureza material do que analisa e a finalidade da análise.

Assim, a “individualização” do dispositivo teórico, que tem como característica a mobilização de determinados conceitos e não outros face às marcas linguísticas, possibilita-nos o não encerramento dentro de um modelo pré-concebido e mecanicista de

análise, uma vez que não corresponde à aplicação de uma fórmula única e “mágica” capaz de dar conta de toda e qualquer análise.

É tomando esses pressupostos teóricos que buscamos compreender os funcionamentos discursivos instaurados pelos artigos e editoriais publicados no jornal *Diário da Borborema* de 1957 a 1961. É importante lembrarmos que compreender funcionamentos não significa encontrar atrás do texto um sentido escondido, um único sentido. Ao analisarmos os editoriais do *DB*, não objetivamos encontrar “o” sentido instaurado pelo periódico, mas, sim, o funcionamento das discursividade ali compreendidas para que se possa “expor o olhar leitor à ação estratégica de um sujeito” (PÊCHEUX, 1999a, p. 14). Pois, ainda nas palavras de Pêcheux, para a AD “a questão crucial é construir interpretações sem jamais neutralizá-las nem no ‘não-importa-o-quê’ de um discurso sobre o discurso, nem um espaço lógico estabilizado com pretensão universal” (idem, p, 16).

1.1 Situando nossa discursividade

Como dissemos, é impossível analisar um discurso como uma estrutura fechada sobre si mesma, havendo, portanto, a necessidade de referi-lo ao conjunto de discursos possíveis e as suas condições de produção.

Diante disso, precisamos estabelecer elementos estruturais das condições de produção do discurso, a saber, a posição de seus protagonistas e a situação. Pêcheux assinala a importância de não pensarmos esses elementos como, respectivamente, a presença física de organismos humanos individuais e realidade física. Ao contrário, o que temos são “representações imaginárias, pois existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações)” (PÊCHEUX, 1969, p. 82).

Não se trata, ao trazermos fatos históricos¹ para este trabalho,

¹ Tomaremos a construção da Escola Politécnica da Paraíba bem como a

de instrumentalizar nossa análise de fora para dentro, como se o contexto sócio-histórico estivesse fora da língua para justificar o que se diz. Trata-se, ao contrário, de considerar que os sentidos produzidos por esses fatos são constitutivos do dizer.

O conceito de memória, na perspectiva discursiva, não está associado a reminiscências de fatos localizados em “algum lugar do passado”, localizáveis e prontamente recuperáveis. Como nos mostra Pêcheux (1999b, p. 52):

“a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. A memória discursiva é estruturação de materialidade discursiva complexa estendida em uma dialética da repetição e da regularização.”

Trazer para nossa discussão a questão da memória discursiva nos possibilita compreender e dar visibilidade aos processos de produção de sentidos na relação que estabelecem com a memória, visto que a constituição determina a formulação, pois só poder dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Podemos afirmar ainda que, todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos, isto é, o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). É desse jogo que tiram seus sentidos, (ORLANDI, 1999a).

É preciso lembrar que o discurso funciona, segundo Orlandi (1999a), por uma articulação necessária e sempre presente entre o real e o imaginário. Tal fato tem relação com a exterioridade constitutiva da prática discursiva, o que significa que o fora não se refere a uma exterioridade empírica, mas ao interdiscurso.

representação de uma Campina Grande científica e tecnologicamente desenvolvida como um fato histórico.

Para Orlandi (1996a, p. 39), o efeito de exterioridade permite a distinção entre real e realidade. Por isso, o real é “a função das determinações históricas que constituem as condições de produção materiais e a realidade a relação imaginária dos sujeitos com essas determinações, tal como elas se apresentam no discurso”. Isso se dá em um processo de constituição ideológica do sujeito pela sua ilusão de ser a origem do que diz e pela impressão da realidade do pensamento.

A seguir, apresentaremos a história da imprensa mundial e brasileira, onde destacamos o jornalismo paraibano e campinense, neste último mostraremos como foi que surgiram os principais periódicos da região e, em especial, o *Diário da Borborema*, jornal o qual realizamos pesquisa para reescrever alguns momentos importantes da história da Escola Politécnica da Paraíba. Esse periódico noticiou também, em matérias e editoriais, a história da ciência e tecnologia campinense e será com base nesses editoriais feitos por Stênio Lopes e Lopes de Andrade durante os anos de 1957, ano de fundação do *Diário*, e 1961, ano em que foi sancionada a federalização da Escola Politécnica, passado a ser, após alguns anos, campi da Universidade da Paraíba.

2 História da Imprensa

Desde o seu surgimento, no século XV, a imprensa mundial periódica foi marcada por uma série de fatores políticos e econômicos que se conjugaram para seu desenvolvimento e propagação. Esses fatores contribuíram para a concretização da antiga prática de narrar os fatos como, por exemplo, a divulgação de leis e decisões dos reis, transmitidas via oral ou por escrita manual, a descrição dos novos mundos visitados por viajantes cronistas, as mensagens levadas a público, oralmente ou por escrito, durante a Antiguidade e a Idade Média e muitas outras formas. Alguns fatos políticos e econômicos foram bastante propalados, como o Renascimento e a Reforma. Através das grandes descobertas e das trocas bancárias e comerciais ocorre à necessidade de criação de novas re-

des de informação, como registra Albert & Terrou (1990, p. 04). Uma dessas redes de informação, anterior ao aparecimento da imprensa, foi o serviço de correio, por intermédio de mensageiros, que auxiliava os governos nas decisões em tempo de guerra.

Segundo ainda Albert & Terrou (1990), a criação dos Estados modernos estimula o aparecimento dos serviços de correio. Instalam-se os primeiros serviços postais na França, sob Luiz XI, em 1464; na Inglaterra, sob Eduardo IV, em 1478; e, no Império, sob Maximiliano I, em 1502.

Antes disso, em 1438, Gutenberg inventa a tipografia, que se difundiu com muita rapidez, na segunda metade do século XV, permitindo a reprodução em série de um mesmo texto e agilizando a difusão das notícias, antes orais ou manuscritas. E é a partir da invenção dos tipos móveis que surge a impressão, mas ainda não se trata da imprensa. O público leitor, ainda não letrado, não está constituído. Assim, a impressão que surge esta mais aplicada ao registro cultural dos feitos e das ideologias dominantes: na instância religiosa, a reprodução de Bíblias; na área política, a divulgação de leis e decretos; no campo das grandes expedições marítimas, a descrição de novos mundos visitados pelos navegadores, como Marco Polo, Vasco da Gama, Colombo, Pedro Álvares Cabral, etc.

Albert & Terrou (1990, p.102) nos mostra que a invenção de Gutenberg promove uma verdadeira disputa política entre França e Holanda, para utilizar o novo invento e, até mesmo, reivindicarem a autoria de iniciadores da impressão por tipos móveis. Devido a essa disputa o novo invento teria provocado o primeiro caso de espionagem mundial: quando no início das atividades de impressão, o rei da França Carlos VII teria enviado a Moglincia (cidade onde nascera e residia Gutenberg), o mestre da Casa da Moeda de Tours, Nicole Jenson, com a finalidade de roubar o segredo da nova arte. Mas, a autoria continua sendo atribuída a seu criador e o início dessa atividade a Alemanha.

Outro fato político, além da disputa para utilizar a impressão por tipos móveis em primeiro lugar, e assumir a autoria do novo

invento, ocorrido após a assembléia legislativa de Nuremberg em 23 de fevereiro de 1461, contribui para que a nova forma de imprimir se espalhe pela Europa (Castagni, 1987, p, 100). O príncipe - bispo da Moglincia, Diether Von Isenburg, após ter se rebelado contra o papa Pio II, e deposto e, em seu lugar e imposto o cônego Adolfo de Nassau. A substituição deu início a uma luta entre os rivais e nesta disputa os dois já usavam a nova técnica da impressão, para ataques pessoais. Em 1462, Von Isenburg fez manifesto contra Nassau e o papa Pio II. Este documento foi impresso em Moglincia e a autoria da impressão do material ofensivo teria sido creditada a Gutenberg. Isso provoca uma rebelião em que a facção favorável a Nassau invade a Moglincia, matando e devastando tudo. Com isso, muitas pessoas de classes mais elevadas são expulsas do lugar, entre estas, o próprio Gutenberg. Pouco tempo após o conflito, Gutenberg volta para sua terra natal, porém não retoma a atividade da tipografia. Contudo, muitos artesãos, que haviam trabalhado e aprendido com ele, espalharam a novidade, por outras cidades da Europa. O território, onde mais tarde se localizaria a Itália, teria sido o primeiro país estrangeiro a abrigar os tipógrafos aventureiros que ali espalhou a nova técnica de impressão. As cidades consideradas berço do Humanismo e do Renascimento, ansiosas por novidade, dispunham de estruturas que permitiram o desenvolvimento de uma técnica mais aperfeiçoada de impressão, aprimorando assim, o invento de Gutenberg.

A difusão da invenção de Gutenberg adquire, na Europa de então, diversas formas, dentre elas, instrumentos de publicação jornalística, a saber: a gazeta, que começa a circular em vários locais como França, Alemanha e Itália, no final do século XV, que consiste em um tipo de folha de notícia na qual se relatam acontecimentos importantes como batalhas, exéquias dos príncipes, festas e outros fatos ligados aos reinados. Outro tipo de impresso é o pasquim. O primeiro surge na França, em 1529, com a característica de trazer relatos extraordinários. Há ainda o libelo, que surge na Europa, no começo do século XVI e alimenta polêmicas religiosas e, posteriormente, políticas. É importante acrescentar

que esses libelos desencadeiam o endurecimento da "Legislação repressiva"(censura), em diversos estados europeus. Esses tipos de impresso delineavam as três principais funções do jornalismo, como registram Albert & Terrou (1990, p. 99): “a informação sobre fatos da atualidade, o relato dos pequenos eventos do dia-a-dia, a expressão das opiniões”. No final do século XVI, aparecem os primeiros periódicos mensais e, logo depois, os semanais.

Com o avanço do jornalismo periódico e a diversificação dos tipos de impresso, a imprensa começa a ser contida pelo controle político, nos séculos seguintes. O surgimento de instrumentos alternativos de informação impressa, independentes do poder instituído e produzidos por grupos associativos, provoca o aparecimento de uma legislação repressiva, como forma de censura, o que parece ser mais um indicador de que a imprensa só será aceita se atuar a sombra do poder. Caso se comporte criticamente a esse respeito, a imprensa encontrará dificuldades para continuar funcionando, será perseguida e condenada a se calar. Mesmo após a Revolução Francesa, que introduziu os princípios da liberdade de imprensa, foi apenas durante o século XIX que a onda de reivindicações, dos jornalistas, por maior liberdade de expressão, se espalha por todo o mundo.

O artigo XI da Declaração dos Direitos do Homem, de 26 de agosto de 1789, afirma que: “A livre comunicação do pensamento e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem: todo cidadão, portanto, pode falar, escrever e imprimir livremente, respondendo pelo abuso dessa liberdade nos casos determinados pela lei”².

Há ainda nesse artigo a proclamação que mais inspira o princípio de liberdade da imprensa, porque, até hoje, mantém uma relação direta, com a liberdade de expressão a qual todos deveriam ter direito e, que, por uma série de fatores políticos e econômicos, não têm.

Mesmo com todos os ideais de liberdade em ebulição, muitas questões políticas e econômicas, no mundo, desencadeiam mu-

² Ver. <http://editorjaj.tripod.com.br/jornalhistoriando/id28.html>

danças nas conquistas empreendidas pela a imprensa. Dentre estas, jornais são suprimidos por decretos e sistemas de censura são implantados por dirigentes políticos que se sentiam ameaçados pelo crescimento e aumento do número de impressos. O período revolucionário havia dado a imprensa um impulso extraordinário. A curiosidade que os acontecimentos despertam no público promove a criação de mais de 1.500 títulos de publicações apenas na França, de 1789 a 1800. Isso corresponde a duas vezes mais, em onze anos, do que em 150 anos anteriores. E nesta época que os jornais franceses demonstram seu poder político, até então, secundário. Exatamente esse poder conquistado pela a imprensa européia que é posteriormente combatido pelo poder político autoritário.

O período napoleônico não foi nada animador para a imprensa francesa. Restabelece o sistema de autorização prévia para criação de novos jornais e, após o golpe de Estado, baixa um decreto que só permite a subsistência de treze jornais em Paris. Napoleão cala seus opositores e utiliza os jornais a serviço de sua propaganda, na França e no exterior. Sobre a eficácia dessa propaganda, surgiam comentários que, para o imperador, as gazetas equivaleriam a um exército de 300 mil homens. Conhecendo a importância da imprensa, o imperador repreende sempre seus censores e, a menor crítica deixa-o furioso. Em trecho de carta a Fouché, escrita em abril de 1805, é possível constatar essa irritação em que costumava dizer: “jamais permitirei que jornais digam ou façam algo contra meus interesses”. (Albert & Terrou, 1990, p. 26).

No final do século XIX, fatores políticos e sociais irão contribuir para o desenvolvimento da imprensa, porém governos de diversos países ainda adotavam uma política de contenção a esse movimento, pois dificultava o exercício do poder. Mas a instrução, que é acelerada neste período, com aumento do público interessado em notícias a partir do aprimoramento de nível cultural, até mesmo entre as classes populares, incrementa a curiosidade e diversifica o gosto do leitor. Os fatores econômicos como a ampliação do mercado, a inclusão de métodos mais aperfeiçoados de

impressão e o constante desenvolvimento de novas técnicas (aperfeiçoamento de tintas e papéis, algumas mudanças na composição das páginas, transformações constantes nas prensas, evolução das ilustrações, dos transportes, desenvolvimento das técnicas de informação, como o surgimento do telegrafo e das agências internacionais de notícias), tudo isso, permite a imprensa dar um salto em qualidade e rapidez. As tiragens aumentam e o número de jornais cresce cada vez mais. Surge uma imprensa moderna, a americana, que principia se inspirando em modelos da imprensa inglesa, para, a seguir, evoluir rapidamente.

A primeira Guerra Mundial, logo no início do século XX, seguida quase que imediatamente da Segunda, concorrem para o controle de grande parte da imprensa por representantes políticos das principais potências mundiais. Mais tarde este poder será transferido para o empresariado privado de acordo com os ideais dessa classe dirigente. O desenvolvimento tecnológico, antes, durante e após a guerra, como as inovações das técnicas de impressão e fotografia, a função do rádio e mais tarde da televisão, possibilita a formação de grandes grupos empresariais no setor de comunicação, envolvendo muitas vezes os vários tipos de veículos (emissora de rádio, emissora de televisão e impresso), todos aglomerados, pertencendo a um só proprietário ou a uma só família³. A imprensa se torna forte com o aparecimento dos grandes conglomerados noticiosos (alguns com esta característica familiar) e marca uma nova busca de autonomia política, desvinculando-se dos governos instituídos para uma função cada vez mais comercial, sustentada na publicidade, na opinião pública e na fidelidade dos leitores.

Para Sodré (1987, p.1), “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista”. As técnicas de produção e circulação da imprensa, segundo o autor, seriam alguns dos traços que conduziriam o produto jornalístico e

³ Podemos citar, por exemplo, a família Roberto Marino, que é detentora da emissora Rede Globo, do jornal O Globo, da rádio Globo, da revista Época, dentre outros veículos de comunicação.

uniformização, através da universalização de valores éticos e culturais, como também da padronização de estilo e comportamento. A ligação entre a imprensa e a ordem capitalista estaria também na evolução da liberdade de informar e de opinar. Isto porque, enquanto a imprensa alcançava seu ideal de liberdade e, através da própria pressão burguesa, passava para o controle da iniciativa privada, era, ao mesmo tempo, cooptada pelo capitalismo em ascensão.

2.1 A Imprensa no Brasil

Ao longo dos tempos, a imprensa nacional passou por transformações, em diversas épocas. Mas em todas elas, sempre teve uma luta em comum: a liberdade de expressão, que por muitas vezes foi sufocada por governos e regimes ditatoriais. A história do jornalismo no Brasil se confunde muito com a própria história brasileira, pois muitas vezes elas se entrelaçam. Episódios como as ditaduras de Vargas e a Militar, a Legalidade e, mais recentemente, o impeachment do presidente Fernando Collor, mostram o papel fundamental da imprensa no Brasil.

Muitos jornais foram militantes políticos declarados em algumas épocas. Mas a luta dos jornalistas pela liberdade de expressão da opinião, da crítica, fizeram a imprensa se solidificar no cenário social brasileiro.

2.2 A Imprensa da Monarquia

O primeiro registro da tentativa de se fazer jornalismo no Brasil foi no ano de 1706. Nessa época, em Pernambuco, houve a tentativa de funcionamento de um prelo, mas autoridades coloniais não permitiram a abertura deste. Trinta anos depois, em 1746, Antônio Isidoro da Fonseca abriu uma tipografia no Rio de Janeiro, porém, a Carta Régia de 10 de maio de 1747, proibiu a impressão de livros ou de papéis avulsos. Antes de sua prisão e de ter seu prelo destruído, Antônio chegou a publicar o impresso *O Exame de Bombeiros*.

A data de 1808, segundo dados históricos, é considerada a inauguração da imprensa⁴ no país. Nesse ano chegou ao Brasil a Coroa portuguesa de D. João VI, no primeiro momento com a Impressão Régia, em maio, e depois com a Gazeta do Rio de Janeiro, em setembro.

“Dessa oficina, a 10 de Setembro de 1808, saiu o primeiro número da gazeta do Rio de Janeiro. Era um pobre papel impresso, preocupado quase que tão somente com que se passava na Europa, de quatro páginas in 4^o, poucas vezes mais, semanal de início”, (Sodré, 1999, p. 19).

A partir deste fato foi possível a impressão no Brasil, assim como o surgimento do jornalismo impresso. O príncipe-regente da época trouxe para o país dois prelos e a biblioteca real. Na América, o Brasil estava atrasado, pois a primeira tipografia do continente data de 1533, no México. Logo após surgiu no Peru, em 1584.

Em junho de 1808, todos os órgãos da Impressão Régia são subordinados a uma Junta Diretora, que se constituía em um conselho de censura prévia. O papel dessa Junta era de examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes.

Mas, em junho deste mesmo ano, Hipólito José da Costa fundou o *Correio Brasiliense* ou *Armazém Literário*. O jornal, que era editado em Londres tinha por característica a crítica, com forte opinião e informação política. O jornal era de linha ideológica a favor da independência. O *Correio Brasiliense* foi proibido, apreendido, censurado e processado tanto no Brasil quanto em Portugal. A leitura deste era considerada violação da lei.

“Papel específico teve, sem dúvida, o Correio Brasiliense, mas é discutível a sua inserção na imprensa brasileira, menos pelo fato de ser feito no exterior, o

⁴ A Imprensa Régia foi criada em 1808 por D. João VI. Mesmo limitada apenas a atos oficiais, possibilitou a abertura de editoras e tipografias. Durou até 1822, com a proclamação da Independência.

que aconteceu muitas vezes, de que pelo fato de não ter surgido e se mantido por força de condições internas, mas de condições externas”. (Sodré, 1999, p.20)

O jornal circulou até o ano de 1822, ano em que foi promulgada a independência. Hipólito da Costa acreditava ter encerrado sua tarefa de assegurar ao Brasil instituições livres e costumes políticos civilizados, então ele fecha o *Correio*.

A *Gazeta do Rio de Janeiro* era um jornal com periodicidade semanal, publicado todos os sábados. Logo após, a *Gazeta* ganha uma publicação na quarta, e depois saía todas as terças, quintas e sábados. Além disso, o jornal contava com edições extraordinárias, com quatro páginas cada. A *Gazeta* se colocava de tal forma que acabava se expondo como um veículo oficial, apesar de sempre colocar uma nota afirmando o contrário.

A censura prévia é extinta em 1821. Em 28 de agosto, Dom Pedro, príncipe-regente, depois do retorno de Dom João VI a Portugal, decreta o fim da censura. Este ato decorre de deliberação das Cortes Constitucionais de Lisboa em defesa das liberdades públicas e apaga, em terras de Portugal, uma nódoa de três séculos por ação do poder do rei, do poder dos bispos e da “Santa” Inquisição. A partir daí, começam a surgir diversos órgãos de comunicação. No ano de 1827, por exemplo, o número de periódicos brasileiros já chegava a 54.

De 1808 a 1880, a imprensa teve como marca a atividade panfletária, com grandes conseqüências na história do Brasil. A imprensa, com suas atuações revolucionárias viabilizaram a Independência, pacificaram o país e prepararam a República. Essa época foi caracterizada pela pequena imprensa, simples jornais, e um jornalismo feito por panfletários, onde os autores polemizavam, divergiam, desafiavam, e construíam. Eram considerados jornalistas de todas as correntes, das mais radicais até as mais conservadoras. Durante o período régio, o cenário do jornalismo brasileiro se constituía em atentados, prisões, deportações e perseguições.

A partir de 1880, O jornalismo brasileiro começa a passar por uma transformação. Os jornais começam a investir, a renovar os parques gráficos, a consumir mais papel. A tipografia começa a se profissionalizar, entrando em uma linha de produção que exige aparelhamento técnico e manipulação competente. As empresas jornalísticas começam a formar um estabelecimento gráfico, se tornando industrialmente viável e economicamente rentável. Os pequenos jornais, que tinham penetrações limitadas e de qualidade discutível, começam a desaparecer.

A imprensa nos anos da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República se torna mais sólida. A grande causa foi à evolução da aparelhagem tipográfica, com a importação de tipos e prelos. A economia industrial aplicada nos jornais permite que seja implantado o trabalho assalariado. O estilo literário e as críticas políticas já não são exigidos pela sociedade de um país em transformação. O aperfeiçoamento passa para um plano de interesse público.

Em 9 de abril de 1891 é fundado o *Jornal do Brasil*. O periódico surge juntamente com a primeira Constituição republicana, datada de fevereiro do mesmo ano. A tendência do *Jornal do Brasil* era liberal e possuía inclinação conservadora, mas não aceitava vínculo partidário. O jornal decidiu assumir a condição de um periódico livre e independente. No ano de 1893, Rui Barbosa assume o jornal como redator-chefe e muda o estilo de linguagem do jornal. A idéia de Rui era a de um jornalismo livre, independente e dentro da lei.

Os jornais sofriam da repressão da República no fim do século XIV e início do século XX. Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto promoveram o fechamento de vários jornais em todo o país. A *Tribuna Liberal*, do Rio de Janeiro, foi o primeiro a sofrer com a violência governamental. Os fatos ganham grande repercussão, fazendo com que a república se expusesse como um regime pouco tolerante com a imprensa em comparação com o Segundo Império.

Os grandes jornais do centro do país, durante a década de 10,

começam a instalar escritórios para correspondentes em lugares como Londres, Paris, Roma, Lisboa, Nova York, Buenos Aires, Montevideu e Santiago do Chile. Nesses centros eram operados os serviços fotográficos, despachados por via marítima para a edição de fotogravuras. O surgimento de meios como o cinema, o rádio e o disco começam a impor para a mídia impressa, necessidades de mudanças, já que as alternativas do jornalismo gráfico começavam a se limitar. Os desenhos começam a ser substituídos pela fotografia. No novo século, a notícia, a informação diária, começa a ser a prioridade para o jornalismo brasileiro, já que esta começava a se popularizar.

Irineu Marinho em 1911 fundou o jornal *A Noite*, que passou logo o controle para Geraldo Rocha. O jornal era um dos mais influentes e dinâmicos. A exploração de reportagens policiais dá o tom popular para o jornal. *A Noite* conquista o público com sua agilidade e suas notícias exclusivas. O jornal vira exemplo em uma imprensa altamente competitiva no Rio de Janeiro, e o modelo de vespertino inspira publicações semelhantes, inviabilizando os jornais da tarde e recuperando a hegemonia dos jornais matutinos.

Os anos 20 marcaram o lançamento de jornais que até hoje são dos mais tradicionais da imprensa brasileira. Nessa década, começaram a circular jornais como *O Globo*, do Rio de Janeiro, e a *Folha de São Paulo*, que era chamada na época de *Folha da Manhã*.

O futebol começa a ganhar destaque nas páginas dos principais jornais brasileiros. Com criatividade, são criados concursos como forma de atrair os leitores, garantindo o lucro pela venda avulsa. Na década de 20, com o advento do rádio, o jornal precisa reformular sua cobertura esportiva. A compensação vinha no detalhe dos textos e das fotografias.

O Brasil passou por duas ditaduras durante o século XX: A de Getúlio Vargas, que durou 15 anos (1930 a 1945) e a Ditadura Militar, de 20 anos (1964 a 1984). Ao todo, foram 35 anos de repressão à imprensa brasileira.

Quando Vargas assumiu a presidência depois do golpe em 1930, ele mandou fechar diversos jornais pelo país, justamente àqueles que eram contra o golpe e contra o seu regime de governo.

“Redações e oficinas foram invadidas e empasteladas. Máquinas de escrever eram atiradas na rua, prensas eram destruídas a golpes de cano de ferro, gavetas inteiras de tipos eram jogadas para o alto como peneiras de café. Bobinas de papel atapetavam as ruas do Carmo, Ouvidor, Sete de Setembro e Assembléia. Tudo ia sendo chutado, rasgado, demolido e, em alguns casos, incendiados. Trazidos não se sabe de onde, galões de gasolina apareceram magicamente e edições inteiras viraram fogueira. Foram invadidos ‘Crítica’, ‘A Noite’, o ‘Jornal do Brasil’, ‘O País’, ‘A Notícia’, ‘Vanguarda’ e a ‘Gazeta de Notícias’”. (Castro, 1992, p 106)

A Constituição de 1937 já limitava a liberdade de informação, em seu artigo 122. Segundo Getúlio Vargas, o objetivo era “assegurar à nação sua unidade e as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e a sua prosperidade”. Mas a grande cartada de Vargas para definitivamente censurar a imprensa foi em 1939, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)⁵.

Os órgãos de imprensa não registrados nesse departamento não podiam circular. Cerca de sessenta e um jornais e revistas independentes tiveram que interromper sua produção por causa da cassação da licença para importação de papel. Em 1940 esse número aumentou. Aproximadamente 420 jornais e 346 revistas

⁵ Departamento criado em dezembro de 1939. Tinha por objetivo difundir a ideologia do Estado Novo junto à população, construindo e consolidando uma imagem positiva do regime. O DIP se utilizava de intensa difusão e manipulação da propaganda política e na censura em todo o território brasileiro. O DIP foi extinto em maio de 1945.

não tiveram seus registros renovados. Só em 1945, com o fim da era Vargas, a imprensa volta a ter liberdade.

Quanto ao controle dos veículos de comunicação, este foi feito da forma bastante clara. Em todos os órgãos de imprensa havia um censor que controlava tudo o que saía, fosse o veículo impresso, radiofônico ou cinematográfico. De todos estes veículos, aquele que mais chamou a atenção do Governo foi o rádio. Considerada a mídia com maior alcance dentro daquele Brasil das décadas de 30 e 40, o rádio precisava ser controlado de perto. Mas só isso não bastava.

Desta forma, foram criadas algumas ferramentas para gerar um núcleo de produção de notícias sempre positivas com relação ao Governo de Getúlio. Dentre estes mecanismos, temos o programa *A Hora do Brasil* e a aquisição da Rádio Nacional, principal rádio das décadas de 30 e 40. Com estas duas ferramentas, o Governo pôde plantar todas as notícias que lhe eram favoráveis. Era o meio de Getúlio, o maior beneficiado com todo o controle sobre os veículos de comunicação do Brasil, doutrinar este povo, sem este saber, com as idéias do populismo.

Durante esse tempo, o Brasil passa por uma fase de transformações sociais. Getúlio volta ao poder, mas agora eleito pelo povo. Em 1953, seu governo cria a Lei de Imprensa. Porém, um ano depois, Vargas dá um fim em sua vida política, dando um fim na própria vida, o que causou grande comoção nacional. Mesmo com a turbulência política vivida nesse segundo período do governo de Vargas, a imprensa tinha liberdade para promover debates e discussões na sociedade.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1955, já registrava que mais de 2.961 publicações já circulavam pelo país, entre jornais diários (aproximadamente 260), revistas, semanários, boletins, almanaques e outros. A maior área de publicações abrangia os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná.

Os anos 50 também são marcados pelo surgimento da televisão. Um novo meio, ainda de acesso restrito a grande parte da

população, mas que já causava uma grande revolução na imprensa em geral. Logo após veio o governo de Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília. Os 50 anos em 5, com a entrada do capital externo no país.

Jânio Quadros assume a presidência em 1961, mas renuncia seis meses depois. Os conservadores não queriam a posse do vice-presidente, João Goulart, conhecido por ter planos populares, como a consolidação de uma reforma agrária. Então o governador do Rio Grande do Sul na época, Leonel Brizola, montou um aparato radiofônico nos porões do palácio Piratini, em Porto Alegre, e começou a transmitir a Rede da Legalidade, onde várias rádios do Brasil inteiro aderem ao movimento.

O golpe fatal na democracia e na liberdade de expressão veio em 31 de março de 1964, com os militares assumindo o poder. Era o começo de mais uma ditadura.

“Logo nos primeiros dias, começou a destruição de qualquer resistência na imprensa. Última Hora foi invadida e depredada; os jornais e revistas nacionalistas ou esquerdistas foram fechados; instaurou-se rigorosíssima censura no rádio e na televisão; numerosos jornalistas foram presos, torturados exilados, e alguns tiveram seus direitos políticos cassados”. (Sodré, 1999, p.435)

Um ano depois, o General Castelo Branco cria o Ato Institucional 2, que permite o poder violar a liberdade de imprensa. Mas o pior ainda estava por vir. Em 1968   criado o Ato Institucional 5⁶, que traz graves restri es   liberdade de imprensa. A medida fecha o Congresso Nacional e censura qualquer manifesta o do pensamento. Dessa forma, o governo impusera um total controle sobre os meios de comunica o de massa, sujeitando todos   censura prévia.

⁶ Decreto governamental assinado por Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968, que suspendia as garantias constitucionais e fortalecia a repressão aos que se opunham ao Movimento Militar.

A polícia começa a invadir redações de jornais, que foram depredados por eles. O *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*, por exemplo, tiveram seus diretores presos e acabaram fechando suas redações. Já outros como O *Estado de São Paulo* e o *Jornal da Tarde* tiveram edições apreendidas.

Todos os jornais, tanto os grandes, como os pequenos, sofriam com a repressão da ditadura caso ousassem desafiar a censura. O jornal *Última Hora*, de Samuel Wanier, foi vendido em 1971 por causa da censura. A *Tribuna da Imprensa* passou por oito anos de violência e censura prévia, onde o seu diretor era constantemente preso pelos militares.

A grande saída dos jornalistas para poder denunciar as irregularidades da ditadura era a imprensa alternativa da época.

2.3 Imprensa alternativa

O surgimento de uma imprensa alternativa brasileira vem ainda do início do século XX, com o surgimento de uma imprensa operária, influenciada pelos anarquistas italianos que imigraram para São Paulo. A abordagem dessa imprensa era sobre a crescente urbanização da época e a militância política.

Esse tipo de imprensa ganhou o apelido de “nanica”, graças ao formato tablóide, a pequena rentabilidade e circulação. O primeiro jornal considerado da imprensa alternativa foi do ano de 1952, chamado *Binômio*, e que circulava em Belo Horizonte, Minas Gerais, Mas o auge da imprensa alternativa foi durante os governos militares, onde esta desempenhou um papel fundamental em oposição ao regime que se instalara no país.

Na época surgiram jornais como *Pato macho* (1971), *Opinião* (1972), *De Fato*, *Versus*, *Movimento* e *Coojornal* (todos de 1975). Publicações como a revista *Realidade* (1965 a 1968), *Politika*, *Grilo* e *Jornalivro*, ligado à Cúria metropolitana de São Paulo e dirigido por D. Paulo Evaristo Arns (1975), também tiveram

importância para a época. Mas o mais marcante e o de maior repercussão foi *O Pasquim*⁷ (1969).

O jornal foi fundado por jornalistas como Millôr Fernandes, Paulo Francis, Jaguar e Tarso de Castro, entre outros. Os mais importantes profissionais de imprensa da época trabalharam para o jornal. *O Pasquim* conseguiu atingir feitos históricos. Em 1970, o jornal atingiu a marca de 200 mil exemplares vendidos por semana. Marconi (1980, p.135) afirma que *O Pasquim*:

“Chamou aos brios o empresariado nacional; contestou o regime, não tanto com a ideologia, mas com a informação (...) mostrou às outras camadas políticas ativas da população - estudantes, igreja, sociedades de bairro - que jornal era coisa fácil de ser feita”.

A popularidade de *O Pasquim* foi ocasionada por discutir temas que a grande imprensa não abordava como a revolução sexual, as drogas e os movimentos internacionais da contracultura. Longas entrevistas com personalidades da cultura nacional eram o principal destaque do jornal. O humor através de charges e desenhos também popularizou *O Pasquim*. Os fradinhos, de Henfil, e Os Chopinics, de Jaguar, foram alguns dos personagens que passaram pelo jornal, mas o que teve mais destaque foi o ratinho Sigmund, que virou a vinheta do jornal.

Após o final do Ato Institucional 5, em 1979, que a imprensa brasileira teve novamente a liberdade de se expressar criticamente. Nos dias de hoje o jornalismo brasileiro ocupa lugar de destaque perante o mundo, dos quais se destacam *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Folha de São Paulo*. O Estado não reprime e nem censura mais os jornais, mas o que predomina nas redações de hoje é o interesse comercial visando o lucro e melhor posição no mercado.

⁷ O Pasquim, lançado em julho de 1969, se constituiu num dos grandes marcos da imprensa alternativa brasileira. Era um hebdomadário satírico carioca, que acabou se firmando como um dos grandes focos de resistência à ditadura militar.

Nos dias de hoje, alguns jornalistas ainda mantêm vivo o gosto por uma imprensa alternativa. Revistas como *Caros Amigos*, representam esse modelo de jornalismo, mas que na maioria das vezes é feito mais por colaborações de jornalistas já consagrados, e empregados em jornais ou revistas da grande imprensa.

2.4 Imprensa na Paraíba

Podemos afirmar que não há uma afirmação precisa que aponte qual foi o primeiro jornal paraibano. Apresentaremos aqui, algumas versões sobre o periódico inicial da Paraíba.

Segundo o historiador Eduardo Martins (apud ARAÚJO, 1985, p. 31) a imprensa paraibana nasceu com a publicação do jornal *Gazeta da Paraíba do Norte* em 16 de fevereiro de 1826. O jornal, que era impresso na Thypographia Nacional da Parahyba, era administrado pelo súdito inglês Waller S. Boardman. Por ocasião da fundação da *Gazeta do Governo da Paraíba do Norte*, era presidente da província o coronel Alexandre Francisco de Seixas Machado, que governou de 1844 a 1857. Figurando como fundador do órgão, Machado o transformou no porta voz da sua administração. Ainda segundo Martins (apud ARAÚJO, 1985, p. 31) o jornal era publicado apenas aos sábados.

Entretanto, Araújo (1985, p. 34) faz alusão a um outro jornal que teria sido publicado antes da *Gazeta* que, segundo ela, chamava-se *O Português* e circulou na Paraíba nos anos de 1818.

“Hipotético primeiro periódico paraibano, impresso na tipografia apanhada de um barco inglês que afundou nas alturas do Cabo Branco. Esse material teria sido desembarcado e utilizado na composição de um jornal, sendo, depois, reembarcado para a Bahia ou para o Rio de Janeiro, por ordem superior”.

Já Silva (1996) afirma que o primeiro jornal data de 1888 e chamava-se *Gazeta do Sertão* e foi fundado por Irineu Joffly e Francisco Retumba. Ainda segundo o autor o jornal “nascia sob a

égide das idéias republicanas, intitulado-se um órgão democrático e com publicação semanal. Pelo prestígio dos seus redatores, a Gazeta teve larga influência em todo o interior do Estado.” (p. 35).

Durante o período monárquico na Paraíba, circularam cerca de 50 jornais, sendo a maioria deles na capital e quase todos sob orientação política, defendendo interesses partidários. Sendo assim, como é de se imaginar, em quanto uma parte dos jornais criticavam o poder vigente, a outra metade colocava-se em posição de defesa.

Araújo (1985, p. 35) nos mostra que o segundo jornal a ser criado na Paraíba foi a *Gazeta Parahybana*, bissemanário que circulou entre 1828 e 1829 que, assim como os outros jornais, tinha apoio político para funcionar.

O ano de 1831 foi o período em que as notícias não circularam em jornais na Paraíba, caso que só viria a ser sanado no ano seguinte, quando o jornalista Borges da Fonseca edita *O Republica*, impresso na tipografia comprada pela municipalidade ao inglês Richard Roggers, gráfico que deu nome a um dos bairros mais populares da cidade de João Pessoa: o Roger.

Outros jornais que surgiram na Paraíba no fim da primeira metade e início da segunda de 1880 foram: *O Publicador Parahybano* (1833), *O Parahybano* (1835), *A Matraca* (1854) e em 1858 seria publicado o primeiro número de *A Imprensa* jornal político, noticioso e literário, editado pelo Barão do Abiahy. No final de 1880, mais jornais foram publicados na Paraíba, onde podemos destacar *A União* (1893), fundado pelo presidente da província Álvaro Machado, é um dos periódicos mais antigos dos que se encontra em circulação na Paraíba e um dos mais velhos do Nordeste; *Gazeta do Commercio* (1894) que pouco depois de se tornar diário encerrara suas atividades. No mesmo ano foi editado também *A União Typoghápica*, jornal que circulava apenas nos domingos.

O jornal *A União* foi fundado a 2 de fevereiro de 1893 pelo Presidente da Província, Álvaro Machado. A primeira sede do

jornal esteve localizada à Rua Visconde de Pelotas. Administrado, em sua primeira fase, por Tito Henriques da Silva, o jornal estava a cargo de uma equipe técnica formada por Francisco Aranha de Farias, Francisco Rodrigues, João C. da Silva, Cassiano Hipólito dos Santos e José Ulisses Noronha.

O primeiro equipamento tipográfico do mesmo foi comprado pelo Estado. A máquina foi adquirida em segunda mão, pois antes fora disponibilizada para imprimir o jornal *Diário da Parahyba*, que circulou na capital do Estado entre 1884 a 1888. Como nos informa Araújo (1983, p.105), “o equipamento estava bem conservado, porém o que tornava dispendiosa a manutenção da Imprensa oficial era o fato de se importar o material gráfico da Alemanha”.

Circulavam, nesta época, cerca de 500 exemplares do jornal e sua distribuição, mesmo com dificuldade de transportes, era feita para outros estados da Federação.

O primeiro diretor de *A União* e também da *Imprensa Oficial* foi o poeta Carlos Dias Fernandes, empossado no cargo a 12 de fevereiro de 1913, a convite do então Presidente da Paraíba, Castro Pinto.

Em sua gestão, Carlos Dias organizou o corpo político do jornal, selecionou seus colaboradores, conferiu feições literárias aos materiais publicados e promoveu o enriquecimento do noticiário. Dentre outros intelectuais que atuavam no jornal podemos destacar: Américo Falcão, Augusto dos Anjos, Pereira da Silva e Eduardo Martins.

Em outubro de 1928, Celso Mariz assume a direção do jornal, mas no ano seguinte ele pede demissão, passando então o cargo para Osias Gomes, que permaneceu no cargo até quando eclodiu a revolução de 30.

A União possuiu diversos colaboradores destacados pelos cargos políticos ocupados, possivelmente pelo caráter da oficialidade. Podem ser citados como exemplo: Anthenor Navarro, Odon Bezerra, Assis Chateaubriand, João Lélis, Zé Lins do Rego, dentre outros. Octacílio de Queiroz foi o primeiro secretário de *A União* e assumiu a direção do jornal em 1943, onde permaneceu

até o ano seguinte. Em março de 1960, Octacílio Queiroz é substituído pelo bacharel João Bernardo.

Ainda segundo Araújo (1983, p. 109), merece atenção à atuação do jurista e escritor Sílvio Porto, que dirigiu *A União* no governo Oswaldo Trigueiro. De acordo com autora, “durante a administração de Sílvio Porto foi fundado o suplemento literário de *A União* – Correio das Artes, em 27 de maio de 1949, sob a inspiração deste diretor e de Edson Régis, na época secretário do jornal”.

Outro diretor voltado para o aperfeiçoamento literário de *A União* foi Juarez da Gama Batista, que dirigiu o órgão oficial no governo José Américo de Almeida.

Tanto no governo de Tarcísio Burity, quanto do de Wilson Braga, o jornal passou por diversas alterações, sendo as principais no que se refere aos principais cargos da direção.

Atualmente, com o governo de Cássio Cunha Lima, o jornal mantém a tendência de reproduzir exclusivamente a ideologia dominante, apontando os atos do governo, as obras públicas e os deslizes cometidos pelos partidos oposicionistas.

Em 1897 surgiria *A Imprensa* jornal pertencente à igreja católica, doutrinário e noticioso. Tendo como redator-chefe o padre José Thomaz e circulou durante seis anos, ou seja, até 1903. Em 1912 o jornal voltaria a circular.

Segundo Araújo (1985, p. 42) “com grande aceitação por parte da opinião pública, durante os anos 20 e princípios de 30, sob a direção de Mauro Coelho, *A Imprensa* trazia um noticiário variado e bastante técnico para a época”. Além de fazer a cobertura de toda a Paraíba, o jornal também publicava notícias a nível nacional. O jornal viria a encerrar suas publicações apenas em 1968, por falta de recursos e por pressões que vinha de dentro e fora da igreja que contribuíram para o encerramento de sua atividade. Mas é válido destacar que, *A imprensa* foi proibida de circular durante o governo de Ruy Carneiro, no ano de 1942, através do DIP e só voltaria a circular em 1946, sob a direção do Monsenhor Odilon Pereira.

Nas primeiras décadas do século XX a imprensa brasileira vivia de polêmicas. Um simples erro de português ou uma opinião contrária aos interesses de grupos era motivo para investidas que começavam pelo assunto em pauta e terminavam na vida particular das pessoas envolvidas na discussão. E isso ganhava proporções de grande escândalo para satisfação dos leitores que devoravam as edições. Foi nessa época que surgiu o periódico *O Norte* com a proposta de, em quatro páginas, inovar no conteúdo das informações oferecidas ao público.

O jornal *O Norte* teve o seu número inaugural publicado em maio de 1908, por Oscar Soares e Orris Eugênio Soares. O jornal, como afirma Araújo (1985, p. 274) “já surgiu dentro dos moldes do jornalismo moderno e bem elaborado uma vez que Orris, era dono de um talento sem par na atividade literária”. Ainda segundo a autora, até meados de 20, não apenas *O Norte*, mas todos os jornais que estavam surgindo traziam as colunas diagramadas de uma forma que lembrava o *Diário Oficial* que conhecemos hoje, isto é, colunas enfileiradas, estáticas e sem fotos, ou apenas fotos de políticos.

A história dos primeiros 50 anos de *O Norte* é marcada pelo fechamento e reabertura do jornal depois de várias crises. A primeira vez em que teve suas atividades encerradas foi no início da década de 20. Os poucos registros sobre este fato não especificam por quanto tempo o jornal ficou sem circular, mas explicam que isso aconteceu por problemas políticos. O periódico, em 1915, empenhou-se declaradamente à campanha de Epiácio Pessoa contra monsenhor Walfredo Leal, no Estado.

O engajamento político desagradou os leitores. A queda de prestígio foi grande e os prejuízos foram proporcionais a ela. Além disso, surgiram vários concorrentes que levaram os irmãos Soares ao desinteresse pelo jornal. Venderam-no então para Januário Barreto, que tinha idéias mais comercial e menos políticas para o jornal.

Todavia, o jornal mais uma vez se envolveu em querelas políticas e a história se repetiu. O segundo fechamento de *O Norte* se

deu por conta da revolução de 30. O jornal era o grande opositor do então presidente da Paraíba, João Pessoa. Relatos da época revelam que após o assassinato do líder político, as dependências do jornal foram depredadas por um povo enfurecido. Máquinas e materiais diversos foram todos destruídos. O jornal, então, foi comprado por Manuel Veloso Borges em 1932 e voltou a circular em 1935, sendo dirigido por Raul de Góes e, depois, por José Leal que adotou uma linha mais noticiosa e menos radical. Mesmo assim, *O Norte* fecha novamente as suas portas em 1949 por causa da ditadura do Estado Novo. Depois de onze anos, é reaberto em 10 de janeiro de 1950 para se engajar na candidatura de José Américo de Almeida ao Governo do Estado. Nesta época, já pertence ao senador Virgínio Velloso Borges.

Completamente renovado e com a sua estrutura ampliada - depois da compra dos equipamentos do diário *Estado da Paraíba*, o jornal atinge, praticamente, todos os recantos da Paraíba.

De acordo com Araújo (1983, p. 18), *O Norte* foi incorporado, em 1954, aos Diários Associados por decisão de Assis Chateaubriand, paraibano que tinha grande interesse pela evolução do jornalismo em sua terra natal.

Dados históricos revelam que *O Norte* foi o pioneiro na Paraíba em impressão off-set, sistema inaugurado a 9 de agosto de 1973.

Ainda segundo Araújo (1983, p.119), a ideologia do jornal, historicamente, apresenta-se ambígua. Através das peças opinativas do jornal, o leitor não consegue identificar, com facilidade, o posicionamento do órgão. Em suas pesquisas, Araújo demonstra que os editoriais deste periódico, geralmente, começam elogiando o governo e findam apontando algumas de suas falhas.

Mais tarde, nasceria, em Campina Grande, o “irmão” desse periódico que fazia, e ainda faz parte dos Diários e Associados. Estamos falando do *Diário da Borborema* que já nasceu pertencendo à cadeia de Diários e Associados, por inspiração do próprio Assis Chateaubriand, fundador dessa rede de jornais.

Segundo Araújo (1985, p. 301) durante o seu discurso, em Campina Grande, no ano de 1949, por ocasião da fundação da

Rádio Borborema, Assis Chateaubriand havia prometido às lideranças do município um jornal associado.

O primeiro número do *Diário da Borborema* possuía sete cadernos e 56 páginas e foi publicado em 1957,

“precisamente às 17h45 , acrescentando a mídia impressa, do maior complexo de Comunicação da América Latina mais esse veículo de comunicação. No ato inaugural, diversas personalidades prestigiaram o evento e destacaram a importância que esse meio de Comunicação traria à região. A fita, na ocasião, foi cortada pelo então prefeito Elpídio de Almeida e pelo Bispo Diocesano D. Otávio Aguiar, que no seu discurso declarou, não compreender que uma cidade como Campina Grande, com nível intelectual a se elevar a cada dia com uma elite cultural representativa pudesse passar sem um jornal diário, sem um porta voz do seu progresso⁸”.

Dentre os colaboradores, o jornal teve Epitácio Soares, Osório Lopes, Stênio Lopes, Raymundo Asfora, Nilo Tavares, Orlando Tejo, dentre outros. O jornal também publicava crônicas e artigos de escritores que não moravam na Paraíba, sendo estes paraibanos ou não, onde se destacam Assis Chateaubriand, Austregésilio de Athayde, Ademar Vidal e outros.

Ainda segundo Araújo (1985, p. 303) alguns jornalistas foram requisitados pelo diretor João Gusmão Bastos, para auxiliar na montagem do *Diário da Borborema*. Dessa forma, jornalistas como Wills Leal, que trabalhava no jornal *O Norte*, em João Pessoa e Felizardo Montalverne, do *Correio do Ceará*, em Fortaleza, passaram alguns anos auxiliando a equipe do Diário campinense. Isso também contribuiu para que o *Diário da Borborema* se con-

⁸ Trecho retirado da edição comemorativa dos 47 anos do Diário da Borborema e que pode ser visto em:

<http://jornal.onorteonline.com.br/sexta/80anos.htm#5>

solidasse e se tornasse uma preferência dos leitores de jornal da cidade de Campina Grande.

Alguns anos depois da publicação do *Diário* em Campina Grande, estaria sendo publicado em setembro de 1971, pelo grupo Ademar Borges, Josumá Viana e Maurício Almeida, o *Jornal da Paraíba*. Segundo Araújo (1985, p.306), o jornal “já nasceu diário e teve boa aceitação por parte do público leitor campinense. De feição moderna, dentro dos padrões do jornalismo industrial, de maneira generalizada apresenta um bom texto, boa diagramação e fotografia”. Detentor do maior parque gráfico de Campina Grande, o *Jornal da Paraíba* circula em todo o estado da Paraíba.

Araújo (1983:136) observa que o *JP* já nasceu com feição moderna do novo jornalismo. Ao ser implantado ocupou posição de prestígio e liderança, chegando a superar o concorrente, *Diário da Borborema*.

A partir de 1982, o *Jornal da Paraíba* deu um salto em termos de melhoria em sua qualidade gráfica, deixando o antigo sistema linotipo para incursionar na era da impressão off-set. Em 1989, quando o jornal completou 18 anos, a informatização começou a fazer parte de seu cotidiano, sendo usada primeiramente em seu antigo setor de paginação.

De acordo com Araújo (idem), o jornal, desde sua origem, manifesta sua opinião reproduzindo a ideologia dominante do sistema capitalista vigente, onde têm expressão os grupos políticos e econômicos.

A partir de 2001, o *Jornal da Paraíba* deixou de ser um periódico apenas de Campina Grande e se tornou de âmbito estadual. Para tanto, montou uma redação em João Pessoa e contratou jornalistas consagrados de outros meios de comunicação, a exemplo dos profissionais Paulo Santos, Giovani Meireles e Gisa Veiga. Seguindo o curso das mudanças, o *JP* investiu também em propaganda e marketing e, ao longo do tempo, este periódico vem se destacando como um poderoso meio de divulgação. O atual proprietário do jornal é José Carlos da Silva Júnior.

O *Correio da Paraíba* foi fundado em 05 de agosto de 1953

por Teotônio Neto e teve como diretor inicial o escritor Afonso Pereira. Como nos mostra Araújo (1985, p. 288) desde o seu início, o jornal já possuía sucursais em algumas cidades do Brasil. No Rio de Janeiro, o diretor era Ascendino Leite e Mário Raposo como gerente. Na cidade de Campina Grande, Milton Paiva era o diretor do jornal e Caetano Dantas o gerente. Ainda segundo Araújo (1985, p. 288), Os editorialistas do *Correio da Paraíba* eram Afonso Pereira, Plauto de Andrade, Ivaldo Falcone, Durwal de Albuquerque e Adalberto Barreto.

O *Correio da Paraíba* era tido como o melhor jornal que circulava na Paraíba até o fim da década de sessenta.

“Por toda a década de 60, mesmo nos momentos mais cruciantes de amordaçamento à imprensa, por parte do poder militarista instalado com a Revolução de 31 de março de 1964, o *Correio da Paraíba* foi exemplar em seu comportamento. Se não podia ‘gritar’, também não se ‘encolhia’. Tampouco parecia estar à venda ou a serviço da ditadura armada. Re- vendo suas coleções, sentimos que, até 1968, era o melhor jornal da Paraíba, em termos de independência político-ideológica”. (Araújo, 1985, p. 290)

Mas, ainda segundo a mesma autora, o jornal já iniciaria a década de 70 com uma qualidade questionável. O diretor do jornal na época, Soares Madruga, atribuiu a queda da qualidade a fatores econômicos, especificamente a instalação da rádio *Correio FM* em João Pessoa no ano de 1968, que contribuiu no aumento dos débitos da empresa e que prejudicando na qualidade do jornal. “A empresa não pôde equipar-se modernamente, como o fizeram outros jornais de João Pessoa” (Araújo 1985, p. 201) justifica Madruga.

Mesmo com esse problema, Araújo (1985, p.295) afirma que o jornal se destaca por ser um dos mais combativos de João Pessoa, fazendo denúncias sérias em suas páginas e/ou no Sistema de

rádio Correio. E com seus editoriais, “denuncia, critica, questiona, cumprindo a sua missão”. Em Campina Grande, a autora dá ao *Diário da Borborema* essas qualidades.

Na década de cinquenta, o *Correio da Paraíba* foi sensível aos problemas do Estado em decorrência da grande seca que atingiu a região. Para Araújo (1983, p.121), até o ano de 1968, o jornal era o melhor da Paraíba em termos de independência político-ideológica. A partir de então, os dirigentes começaram a perseguir uma linha governista. Seu diretor na época era Soares Madruga, que atribui a nova tendência adotada pelo jornal a problemas econômicos.

Além destas questões práticas, sabe-se que, no final da década de sessenta, os jornais sofriam fortes pressões por parte da censura. Esta recaía, inclusive, em cima das notícias enviadas pelas próprias agências noticiosas. “Bastava que uma figura de poder político ou econômico [...] estivesse envolvida em determinado episódio desagradável, para haver o boicote à divulgação em torno do caso”, afirma Araújo (1983, p.124).

Após todas as dificuldades, o periódico ressurgiria em de janeiro de 1980, como propriedade do grupo Adalberto Barreto e José Fernandes Neto, que o adquiriram de seu fundador. Na época, o jornal tornou-se um dos mais prestigiados da Paraíba, com grande número de assinantes nas principais cidades do Estado.

Antes de iniciarmos nossa discussão teórico-metodológica, apresentaremos uma pequena, mas suficiente, definição do que vem a ser editorial, justificando, ao mesmo tempo, a nossa escolha pelos que foram publicados no *Diário da Borborema* e os quais analisaremos.

3 Editorial

Os padrões que buscaram e buscam até hoje estabelecer categorias para compreender a produção jornalística sempre destacaram a opinião ou o jornalismo opinativo como uma das primeiras ca-

tegorias em escala histórica. O espaço opinativo nos meios de comunicação foi identificado já nas primeiras experiências jornalísticas, que aconteceram há mais de um século após a invenção dos tipos móveis na Alemanha, em 1450. O que pode ser considerado “opinião jornalística” teria se estruturado a partir de 1830. É possível observar, no entanto, a tendência opinativa já nas primeiras divulgações públicas, como as *Actas Diurnas dos Romanos* ou os chamados *Corantos*, que circularam na Europa, principalmente na Inglaterra, em torno de 1600. Os meios de comunicação já oscilavam entre o jornalismo de serviço e a prática da tribuna de opinião.

Para identificar esta tendência opinativa nos primórdios do jornalismo, é necessário, logicamente, oferecer alguns conceitos sobre a idéia de opinião jornalística. Para Luiz Beltrão (1980), um dos primeiros a pesquisar o assunto no Brasil, opinião seria uma “função psicológica, pela qual o ser humano, informado de idéias, fatos ou situações conflitantes, exprime a respeito o seu juízo”, (p. 14)

Outros autores já identificam a presença de opinião no próprio ato de seleção e interpretação das informações. Segundo Torquato do Rego (1984, p. 37), o principal elemento que identificaria o jornalismo opinativo é o emprego do juízo de valor, do julgamento, que pode, inclusive, influenciar condutas.

Para Medina (1988), a opinião no jornalismo é “o fato comentado e avaliado numa argumentação demonstrativa” (1988, p.70). A autora propõe um quadro de tendências, onde aponta como categorias da produção jornalística a informação, a informação ampliada e a opinião expressa, consideradas mais adequadas que a noção de jornalismo informativo, interpretativo e opinativo.

José Marques de Melo expõe a classificação do jornalismo em dois gêneros: o informativo e o opinativo. Este último poderia ser apresentado como editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e até mesmo carta.

"Essa distinção entre a categoria informativa corresponde a um artifício profissional e também polí-

tico. Profissional no sentido contemporâneo, significando o limite em que o jornalista se move, circulando entre o dever de informar (registrando honestamente o que observa) e o poder de opinar, que constitui uma concessão que lhe é facultada ou não pela instituição em que atua."(MELO, 1994, pp. 23-4)

Quanto aos limites do espaço opinativo, as regras não são claras. Em princípio, todos os manuais colocam a necessidade de uma ligação dos artigos e editoriais com o noticiário do veículo, mas sem proibir outros temas. Uma definição do manual de *O Globo* pode resumir uma possível regra entre os veículos de comunicação, principalmente os impressos: "A opinião pode ser manifestada de forma leve, irônica ou séria, seca; mas lhe é proibido ser pomposa ou solene." (GARCIA, 1992, p. 34).

Tentando dar uma definição sobre o que vem a ser editorial, utilizaremos à resposta do Dicionário de Comunicação de Rabaça e Barbosa, que diz que editorial é:

"Texto jornalístico opinativo, escrito de maneira impessoal e publicado sem assinatura, referente a assuntos ou acontecimentos locais, nacionais e internacionais de maior relevância. Define e expressa o ponto de vista do veículo ou da empresa responsável pela publicação (jornal, revista, etc.) ou emissão (programa de televisão ou de rádio). O editorial apresenta, principalmente em sua forma impressa para jornal traços estilísticos peculiares... No jornalismo moderno, a opinião expressa no editorial é "alguma coisa mais do que a simples opinião do proprietário", observa Juarez Bahia. "Salvo exceções de que ainda padece o jornalismo, a página editorial dos principais jornais brasileiros consubstancia, por exemplo, o conjunto de opiniões de diretores e editorialistas - estes profissionais, identificados com a linha do jornal, escrevem e atuam com autonomia e independência, cri-

tério e responsabilidade, garantindo um conceito de opinião que busca dignificar o veículo ...” (p.227)

Na definição apresentada podemos observar uma situação de produção de discurso enredada na necessidade de expressão de pontos de vista do veículo ou da empresa responsável pela publicação, a respeito de fatos considerados relevantes para a opinião pública e, ao mesmo tempo, na possível autonomia e independência de diretores e editorialistas, desde que garantam um conceito de opinião que busque dignificar o veículo.

Dessa forma, pode-se dizer que a forma ou conteúdo do texto, sua materialidade lingüística, ocorrem numa situação discursiva marcada institucionalmente. A função primordial do texto seria deixar a marca opinativa do órgão publicante.

Com o objetivo de analisar o editorial jornalístico do jornal *Diário da Borborema*, Queiroz (1997) define esse tipo de texto da seguinte forma:

“Os editoriais jornalísticos tratam de temas da atualidade, de interesse relevante para a sociedade e que, provavelmente, causem polêmica. O jornalista que prepara o editorial deve ser capaz de usar estratégias que produzam efeitos de autenticidade e de verdade. Para tal, ele se apóia em fatos, enriquecendo-os com estatísticas e pesquisas, que vem acompanhados de argumentos lógicos capazes de conduzir os eventuais leitores a uma sensibilização favorável à opinião ali exposta, impedindo ou até mesmo refutando os contra-discursos que o leitor venha a fazer” (p.212)

Esse segundo tipo de definição deixa claro que a necessidade de formar opiniões e refutar contra-discursos faz com que sejam buscadas estratégias argumentativas, propriamente ditas que, objetivando produzir efeitos de autenticidade e de verdade, fazem uso de certos procedimentos que garantam esse convencimento.

Tanto do ponto de vista do contrato maior de produção, quanto dos mecanismos utilizados para que se produza um tipo de convencimento, uma análise do editorial pode fornecer elementos para que se construa um quadro de análise da retórica utilizada pelo veículo de publicação e também sobre as imagens que faz de seu interlocutor. Considerando o produtor do discurso como um “eu discursivo”, não autor empírico e o destinatário como um “tu discursivo”, um leitor ideal, que vem ao encontro de uma proposta de comunicação e não propriamente o leitor do jornal.

Melo (1985, p. 82) utiliza a classificação do gênero opinativo editorial de Beltrão e indica quatro características específicas do editorial: a impessoalidade, a topicalidade, a condensabilidade e a plasticidade.

- **Impessoalidade:** É característico do editorial, por se tratar de matéria não assinada, ser escrito na terceira pessoa do singular ou na primeira pessoa do plural. Essa é uma característica na transição das instituições jornalísticas, que deixaram de ser propriedades individuais ou familiares e se tornaram organizações complexas.
- **Topicalidade:** Segundo Melo (1985, p. 82), a topicalidade surgiu como exigência da nova estrutura editorial das empresas brasileiras, que abandonaram o conceito de um único editorial que continha vários assuntos (o que dava a idéia contraditória de um editorial que falava muito, mas, que ao mesmo tempo, não se detinha em nada), por um maior número de editoriais, no qual cada um deles trata especificamente de uma determinada questão, permitindo assim, que o editorial se torne mais preciso e objetivo na expressão da opinião.
- **Condensabilidade:** Esta foi uma característica que surgiu por causa do cotidiano dos tempos modernos. A rotina apressada transformou o leitor, dos grandes centros urbanos, em um público que exige rapidez na sua leitura. Ser

claro e breve virou uma necessidade do editorial para ser lido.

- Plasticidade: Essa característica, explica Melo (1985, p. 82), “decorre da própria natureza dos fenômenos jornalísticos”. Como os fatos jornalísticos são originados pelas circunstâncias e o que acontece no dia-a-dia, eles não podem ser estáticos. “E, se lhe cabe valorar os fatos que estão acontecendo, é indispensável acompanhar o ritmo dos próprios fatos e apreendê-los nos seus desdobramentos, nas suas variações”.

Quanto à questão de estilo, Amaral (apud ARAÚJO 1985) afirma que as regras dos estilos sempre são as mesmas, isto é, o editorial deve ter clareza, correção e concisão. Contudo, como mostra o autor é,

“vantajoso para um editorial ou comentário qualquer ser escrito com certa simplicidade, som o tom solene que, repetido, acaba por cansar e levar o leitor a buscar opinião nas colunas assinadas por jornalistas que não precisam ater-se à camisa de força recomendada pelos editores-chefes” (p. 316)

Quanto à morfologia, os editoriais podem ser divididos como: artigo de fundo (editorial principal), *suelto* (pequena análise sobre um fato da atualidade) e nota (registro rápido de uma ocorrência, antecipando suas conseqüências ao leitor)⁹.

Passaremos agora, a analisar os editoriais do *Diário da Borborema* no período compreendido de 1957, ano da criação do jornal, a 1961, ano em que foi sancionada a lei que autorizava a federalização da Escola Politécnica de Campina Grande.

⁹ Mais sobre o assunto ver: BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

A imprensa ocupa uma posição de grande destaque nas sociedades contemporâneas. Como uma organização política formadora de opinião é capaz de conduzir a opinião pública para a aceitação ou recusa de determinados projetos políticos.

Segundo Ciro Marcondes Filho (1986), os meios de comunicação efetivamente colaboram com a formação de opinião. “É incorreto dizer que eles somente a reforçam: em alguns sentidos e em casos muito específicos eles exercem uma ação verdadeiramente condutora” (p.21).

Dessa forma, é importante sempre considerar os discursos divulgados pela mídia imprensa, devido ao seu caráter multiplicador, de fundamental importância para construção da identidade social, na medida em que, por um lado, instauram a possibilidade de novos discursos e, por outro, interferem na construção do nosso cotidiano e na forma como configuramos as relações sociais e a memória.

Os fatos, que são a matéria-prima com a qual opera a imprensa, têm uma ligação com interesses políticos e econômicos, e práticas sociais que, na nossa sociedade está relacionado com os interesses de grupos ou classes. Abordá-los acriticamente significa não levar em conta a sua natureza. Ademais, uma abordagem neutra, se isso fosse possível, – suporia a imprensa como órgão neutro na sociedade, distante dos conflitos de interesses e de concepções de mundo.

Por isso se torna importante estudar a imprensa local, em especial, pois é onde estamos inseridos e é nesta imprensa que buscamos nos manter informados sobre o que acontece na cidade.

Antes de apresentarmos nossas reflexões sobre os editoriais, é preciso apontar para algumas explicações metodológicas relevantes. Em primeiro lugar, é preciso explicar o porquê da escolha de trabalhar exatamente com o *DB*, em vez, por exemplo, de privilegiar outros jornais da imprensa local, tais como: *Tribuna da Paraíba* (1953), *O momento* (1950), *A Gazeta da Borborema* (1957), *O Século* (1928), *O rebate* (1932), *O Jornal de Campina* (1952) ou mesmo o *Jornal da Paraíba* (1971), entre outros.

A princípio, a escolha se deu pelo fato daquele ser ainda o único jornal que iniciou suas atividades em 1957 com circulação diária e que continua com a mesma frequência de publicação sem nunca ter parado de funcionar, ao contrário de outros jornais que, em sua maioria eram diários depois, por várias questões, dentre elas, financeiras, passaram a ser semanais, mensais até deixarem de ser publicados. Outro motivo que contribuiu para que nos tivéssemos a pesquisar no *DB* e não, também, nos jornais já citados, foi a questão de que, desde a sua fundação até hoje, o jornal é o que mais traz notícias sobre a cidade de Campina Grande. Mesmo nos seus primeiros anos, quando muitas matérias vinham de agências de notícias, havia em torno de vinte matérias sobre acontecimentos na cidade. Um segundo motivo que nos fez escolher este periódico se deve ao tocante de recursos financeiros, pois grande parte do acervo, quase que completo, desses jornais que circularam em Campina Grande nesse período se encontra na cidade de João Pessoa e necessitaríamos, além de recurso financeiro para hospedagem e transporte, tempo para pesquisar esses periódicos e selecionar as notícias sobre o assunto em questão.

Quanto ao recorte temporal, a escolha pelos anos de 1957 corresponde ao ano em que foi criado o periódico *Diário da Borborema*; e 1961, um ano depois que o presidente Juscelino Kubitschek assinou o Decreto N^o 50.148 federalizando a Escola Politécnica, juntamente com os cursos de nível superior existentes em João Pessoa, criando dessa maneira a Universidade Federal da Paraíba.

Cabem aqui algumas considerações teóricas sobre o nosso recorte. Orlandi (1984, p.14) o define como “uma unidade discursiva”, esclarecendo que por unidade discursiva está entendendo “fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação”, portanto, para a autora, um recorte é um fragmento de uma situação discursiva e o princípio segundo o qual “se efetua o recorte varia segundo os tipos de discurso, segundo a configuração das condições de produção, e mesmo os objetivos e o alcance da análise”. É por isso que na constituição do nosso corpus, embora o façamos

apontando seções, não foi esse o fator previamente determinante. O movimento foi inverso. Observadas as marcas, procuramos os lugares “privilegiados” para compreendê-las.

4 A Escola Politécnica

De acordo com Lopes (1989) a implantação do ensino superior em Campina Grande era uma aspiração idealizada por muitos na década de 50, ou mesmo em datas que antecederam essa década, e para se tornar realidade muitos obstáculos tiveram que ser vencidos. Um dos principais motivos para a implementação de uma escola de nível superior em Campina Grande foi para evitar que os estudantes que desejavam seguir carreira universitária não tivessem que se deslocar para outras regiões ou estados para fazer graduação.

O caminho empreendido pelos fundadores foi árduo, todavia bem estruturado. Eles findaram com a idéia de ser criada uma escola de caráter técnico-científico, segundo Do Ó (s/d) - era uma idéia do Governador José Américo de Almeida.

Os argumentos foram seguros e unânimes, passando-se logo a outra sugestão, que foi a da criação de uma Escola Politécnica, começando com o curso de Engenharia Civil. Aceita unanimemente essa idéia, designou-se uma comissão constituída dos srs. José Marques de Almeida Jr., Giuseppe Gióia, Austro de França Costa e Antônio da Silva Moraes, para posteriormente se reunirem e redigirem um convite a todos os técnicos do Estado, solicitando-lhes a presença a uma reunião, em que o assunto fosse mais largamente debatido. (p. 25)

Os debates para a criação da Escola Politécnica prosseguiram até que em 06 de outubro de 1952, em reunião presidida por General Oliveira Leite com técnicos, realizada na Associação Comercial de Campina Grande, foi criada a Escola Politécnica de Cam-

pina Grande, sob a Lei n° 792, no governo de José Américo de Almeida, com o curso de Engenharia Civil. Todavia, seu funcionamento só foi autorizado em 14 de julho de 1953, através do Decreto Federal de número 33.286, aprovado pelo presidente Getúlio Vargas. O primeiro vestibular da Politécnica ocorreu em 1954, e o reconhecimento do curso em outubro de 1958, ainda neste último ano, se formou a primeira turma de engenheiros dessa escola.

Sob a direção do Engenheiro e Professor Antônio da Silva Morais, a instalação da Escola Politécnica na cidade foi um problema. De início, ela foi instalada no Colégio Estadual de Campina Grande em 1954 (atual Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Elpídio de Almeida); em 1957 foi transferida para o antigo prédio do Colégio Solon de Lucena (Prédio onde funciona a atual Reitoria da UEPB¹⁰ – CG); e em 1961, foi transferida para o bairro de Bodocongó, onde foi construída sua sede definitiva, local onde permanece até os dias atuais, agora como Universidade Federal de Campina Grande.

O período de criação e implantação da Escola Politécnica foi marcado pela necessidade, determinação e o entusiasmo de homens fortes que, como disse Stênio Lopes em entrevista ao Projeto Memória, eram “homens que se encontraram no tempo e no lugar certo”. Todavia, nem sempre as coisas funcionaram da maneira idealizada, e o sonho se chocava com realidades adversas, onde o retrocesso e o progresso caminhavam juntos, em meio às dificuldades de uma região fortemente marcada pelas desigualdades sociais.

Segundo Adalberto Machado Moita¹¹, a Escola era como uma segunda casa, principalmente para aqueles que eram de outro Estado: “(...) Dr. Antonio Morais mantinha a Escola aberta praticamente 24 horas por dia, inclusive aos sábados e domingos”. De acordo com Moita, cerca de 90% dos alunos que compunha o

¹⁰ Localizada na rua Floriano Peixoto, no centro da cidade de Campina Grande.

¹¹ Ex-aluno da Escola Politécnica da Paraíba em entrevista concedida ao Projeto Memória: Ciência e Tecnologia em Campina Grande.

quadro discente não eram de Campina Grande, mas sim, de outros Estados. “A clientela da Escola Politécnica da Paraíba não se resumia a Campina Grande e estendia seus ensinamentos para diversos outros estados”, afirmou o ex-aluno.

Nesses termos, o que se pode perceber é que o malabarismo empreendido pelos fundadores obteve êxito em sua tentativa de manter a proposta de uma escola técnica de nível superior, com a criação de um curso de Engenharia Civil e a realização do ideal de progresso que desejavam para a cidade de Campina Grande.

A Escola Politécnica criou, na década de 1970, o Departamento de Ciências Básicas, onde funcionaria o curso de Matemática. Na década de cinquenta também foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), que funcionava no *campus* universitário do bairro de Bodocongó, onde estão localizadas atualmente as instalações do Centro de Humanidades da UFCG. Partimos do pressuposto de que a história da ciência e da tecnologia em nossa cidade passa pela criação desses cursos de ensino superior. E estes tiveram relação com iniciativas e realizações voltadas para a pesquisa em ciência e tecnologia e para o desenvolvimento da cidade e região. Nas décadas de cinquenta e sessenta foram criadas ainda a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (1952), a Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande, a Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, origem da Universidade Regional do Nordeste (FURNE). Foram, também, criadas nessas décadas várias empresas municipais e órgãos voltados para o desenvolvimento da cidade: a Companhia Municipal de Desenvolvimento (COMUDE), a SANESA (Saneamento de Campina Grande Sociedade Anônima), a CELB (Companhia de Eletricidade da Borborema), o FADIN (Fundo de Desenvolvimento Agro-Industrial), o BANFOP (Banco de fomento da Produção) a CINEP (Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba), a TELINGRA (empresa de serviços telefônicos), dentre outras.

5 Os Editoriais: A Análise

Os editoriais analisados são de autoria de Lopes de Andrade¹² e o diretor do SENAI, professor José Stênio Lopes¹³, dois editoriais que escreviam para o jornal, nas colunas “Instantâneos da Cidade” e “Encruzilhadas”, respectivamente. Está última, no início da década de 60 ganhou outro nome, sendo chamada de “Rosa dos Ventos”. Nesses editoriais, se falava, dentre outros assuntos, sobre o cenário sócio-político e econômico campinense da época.

¹² Lopes de Andrade nasceu no dia 28 de julho de 1914, em Queimadas, Estado da Paraíba, falecendo no Rio de Janeiro em 13 de abril de 1980. Foi aluno da turma pioneira do Curso de História e Geografia da Universidade Federal da Paraíba. Já formado, exerceu o cargo de Secretário da Prefeitura de Campina Grande; foi nomeado Chefe da Casa Civil do Governador José Américo de Almeida. Foi designado Ministro da Viação e Obras Públicas. Lopes de Andrade ocupou a Chefia do Serviço de Documentação deste Ministério, só voltando à Paraíba ao término do mandato do Ministro. Instalou-se em Campina Grande e retornou às suas funções docentes. Informação retirada do site: http://www.iguatemicampinagrande.com.br/v_evento.asp?id=42 em 18 de outubro de 2006. É importante acrescentar que, enquanto chefe da Casa Civil do Governador, além de redigir a mensagem de criação da Escola Politécnica, redigiu ainda os principais documentos quando do início da Escola.

¹³ Segue trecho da entrevista concedida ao Projeto Memória onde Lopes nos fala quando começou a escrever para o Diário da Borborema: “Quem ocupa a posição de Diretor do SENAI chega numa posição de certa evidência e tem alguns contatos (...). Eu me relacionei muito bem com os industriais da época, me tornei até amigo do prefeito da época, que era Elpídio de Almeida, com Lopes de Andrade, Edvaldo do Ó, José Paulino Costa Filho, José Gaudêncio de Brito, era uma turma jovem muito interessante e eu fiquei bem relacionado com eles todos. Outra coisa que me ajudou muito, em 1958 o Assis Chateaubriand resolveu fundar um jornal em Campina Grande, o Diário da Borborema, em 1958, em Fortaleza eu trabalhava no SENAI e trabalhava em um jornal também (...) quem veio fundar o jornal, quer dizer fazer o jornal funcionar foi o meu editor lá em Fortaleza onde eu trabalhava, chamava-se O Diário jornal dos Diários Associadas, quando ele soube que eu estava aqui em Campina Grande; mas rapaz isso é uma beleza você vai trabalhar conosco aqui, então o jornal diário da Borborema foi fundado na base de Eptácio Soares, Lopes de Andrade, e o Nilo Tavares e esse rapaz inesquecível Felizardo Montalverne, veio aqui abrir o jornal, mostrar como era que funcionava, explicar tudo, e foi embora para Fortaleza e eu fiquei no jornal (...)”

Para tornar mais fácil a nossa análise, os editoriais serão mostrados por completo e, em seguida, faremos nossas considerações sobre os mesmos. É importante salientar ainda que, a nossa análise necessariamente não será feita de forma cronológica, mas de acordo com os temas que serão abordados no decorrer da apreciação dos mesmos.

Analisaremos os editoriais vendo-os como um “outro meio” de se passar a notícia. E, como afirma Orlandi (2001, p. 153), “os meios não são indiferentes aos sentidos, não são apenas veículos neutros. Podem ser pensados como um “instrumento” no domínio da informação”. O primeiro editorial que segue data de 24/06/1960 e foi escrito por Lopes de Andrade:

Auxílio à Politécnica

MOSTROU-SE o deputado João Agripino entusiasmado com a construção da nova sede da Escola Politécnica de Campina Grande.

Pôde ele ver que a obra está sendo empreendida não somente com o máximo de economia, como ainda obedecendo aos melhores padrões de técnica e oferecendo outrossim campo para a observação dos alunos daquela ativa unidade do ensino superior em nosso Estado.

Pode-se dizer - e temo-lo dito - que a grande vantagem da Escola Politécnica de Campina Grande é ser ela dotada de um corpo de dirigentes e de professores do tipo inteiramente diverso do padrão comum dos professores de curso superior. Em vez de catedráticos empavados em suas cadeiras, muitas vezes tão empavonados quanto vazios de ciência e dedicados a formar aqui um núcleo não somente de profissionais competentes na arte da engenharia de construções, mas ainda um centro de rapazes voltados para o estudo sério e para uma atitude científica diante da profissão que irão abraçar.

Tudo isto viu de relance o deputado João Agripino em seu contacto com a Escola Politécnica de nossa cidade. E de tal modo se entusiasmou com o que pôde observar que não se furtou a uma promessa de elevado sentido imediato para os dirigentes daquela Escola: disse êle que, na medida de suas fôrças, fará dotar no orçamento da República a Escola Politécnica de verbas que sejam suficientes para a conclusão de sua sede até 1964. Naquele ano, em que se comemorará o primeiro centenário de Campina Grande como cidade, poucos marcos tão significativos poderiam ficar como a nova sede, inteiramente construída, da nossa mais pujante Escola Superior.

O deputado João Agripino não é campinense. No entanto, poucos de nossos representantes no Congresso, seja na Câmara, seja no Senado, se tem tão fortemente interessado pelo progresso de nossa cidade. Seja dito isto em favor do brilhante parlamentar paraibano que tem exercido com respeito de todos os seus pares na Câmara o espinhoso mister de líder da União Democrática Nacional.

A Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica, criado em nossa cidade pelo Prefeito Elpídio de Almeida, mereceu do deputado de Catolé do Rocha igual solícitude como a Escola Politécnica. Aliás, disse êle, em discurso no jantar que lhe foi oferecido pela Fundação, que em seu espírito não dissociava as duas entidades.

O editorial fala da visita do deputado paraibano João Agripino Filho¹⁴ a Escola Politécnica quando ela estava sendo construída no bairro de Bodocongó em Campina Grande. O texto, além de

¹⁴ Paraibano de Catolé do Rocha, João Agripino Filho nasceu em 19 de março de 1914 Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, foi líder estudantil, fazendo parte do grupo que se opunha ao Integralismo e ao nazismo. Foi professor primário, promotor público no

falar da ótima estrutura do prédio que está sendo construída, cita a boa qualidade de professores e alunos, estando estes interessados em difundir a cultura e a ciência, por terem consciência e responsabilidade da profissão que irão assumir. Isso, segundo o editorialista, foi suficiente para fazer com que o deputado João Agripino mantivesse o interesse em buscar verbas para a concretização do prédio da Politécnica no ano de 1964, ano em que a cidade de Campina Grande completaria 100 anos, sendo a sede da Escola, um grande marco para a cidade. E, é preciso perceber que nos é dado à idéia de pertencimento¹⁵ a cidade: “Tudo isto viu de relance o deputado João Agripino em seu contato com a Escola Politécnica de nossa cidade”, Lopes usa pronome possessivo na terceira pessoa do plural circunscreve um espaço para os leitores do *Diário da Borborema* e, em especial, aqueles que lêem o editorial. Estabelecer cumplicidade com o leitor é um gesto que não se faz nas matérias. Por isso, quando buscamos compreender a dimensão interdiscursiva da interlocução com os leitores. Com o decorrer de nossa análise perceberemos que esse falar para os leitores do periódico e sobre ciência e tecnologia campinense não

Rio Grande do Norte e na Paraíba, e advogado de pequenos camponeses. Um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN), candidatou-se nessa legenda, pelo seu Estado, em 1946, cumprindo sucessivos mandatos, até 1961. Licenciou-se, nesse ano, para ser o primeiro titular do Ministério das Minas e Energia, permanecendo poucos meses no cargo e voltando à Câmara Federal. Foi reeleito e, em 1962, elegeu-se ao Senado. Apoiou o movimento militar que, em 1964, depôs o presidente João Goulart; com a instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Foi governador da Paraíba de 1966 a 1971; diretor do Banco Industrial de Campina Grande; ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), do qual foi presidente. Com a volta do pluripartidarismo, filiou-se, em 1981, ao Partido Popular (PP), e, com a incorporação deste ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), elegeu-se, nessa deputado federal, nessa legenda, em 1982. Informação retirada do sítio: <http://www.alepe.pe.gov.br/perfil>

¹⁵ De acordo com Halbwachs (1968), a função da memória coletiva institucionalizada é a de definir e reforçar, numa tentativa mais ou menos consciente, sentimentos de pertencimento e de fronteiras entre coletividades diferentes (partidos, igrejas, famílias, nações etc.) e para que essa função seja exercida, é necessário um trabalho de “enquadramento” da memória.

vem dissociado de questões sociais o que inclui levantar a estima de um povo que vivia em uma cidade que estava se industrializando.

Podemos perceber que o texto já busca construir a imagem de uma Escola magnificente, que contribui para a formação de engenheiros que poderão levar o progresso para outros locais e, por este fato, o deputado se dispôs a ajudá-la com verbas providas do Senado.

Compreende-se ainda que o editorial é construído, quase que completo, falando de um fato do nosso cotidiano, isto é, a construção de um período. A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente.

O mundo da vida cotidiana surge do pensamento dos homens comuns e se torna, assim, real para eles. Temos consciência das múltiplas realidades que nos constituem – sabemos a distinção entre a vida cotidiana e o mundo dos sonhos, por exemplo, mas sabemos também que o mundo real por excelência é aquele da vida cotidiana, em que estamos em vigília o tempo todo. É exatamente pela linguagem que os objetos dessa vida ganham significação, pois, essencial para a compreensão da realidade da vida cotidiana, ela é o principal sistema de sinais da sociedade. “A linguagem é capaz de se tornar o repositório objetivo de vastas acumulações de significados e experiências, que pode então preservar no tempo e transmitir às gerações seguintes” (BERGER E LUCKMANN, 1995, p. 57).

Quando falamos, o que dizemos se torna mais palpável ao ser ouvido por nós mesmos. Em outras palavras, a própria subjetividade se torna mais real pela linguagem. “Por meio da linguagem um mundo inteiro pode ser atualizado a qualquer momento” (idem, p. 60). Vale lembrar que a linguagem, ao mesmo tempo em que constitui a realidade da vida cotidiana, também auxilia a transcendê-la – quando se fala de um sonho, por exemplo. A linguagem oferece papel imprescindível também no processo de institucionalização:

A linguagem assegura a superposição fundamental da lógica sobre o mundo social objetivado. O edifício das legitimações é construído sobre a linguagem e usa-a como seu principal instrumento. Assim, a 'lógica' atribuída à ordem institucional faz parte do acervo socialmente disponível do conhecimento, tomado como natural e certo (BERGER E LUCKMANN, 1995:92).

O papel do discurso na mudança social e, portanto, na constituição da sociedade é analisado no campo da análise crítica do discurso por Fairclough (2001). Em sua explicação sobre a teoria social do discurso, ele afirma que “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significação” (p. 91). O autor se refere, aqui, ao termo discurso como o uso da linguagem, como forma de prática social. A constituição discursiva da sociedade vem da prática social concreta e pode promover mudanças ou ajudar a reforçar o *status quo* vigente. Tanto o primeiro editorial analisado quanto os próximos, poderemos perceber que, em sua grande maioria, tentam criar e reforçar no imaginário dos leitores a idéia de uma Campina Grande científica e tecnologicamente desenvolvida graças à implantação da Escola Politécnica na cidade. Tal idéia só foi sendo assimilada devido à credibilidade que o *Diário da Borborema* obteve, não apenas por ser diário, mas, também, pelas pessoas que escreviam para o jornal, como vimos anteriormente.

Sobre a questão de credibilidade, Schutz e Luckmann (2003) afirmam que: “El grado de credibilidad del conocimiento socialmente distribuido está bastante más esencialmente codeterminado por la ‘autoridad’ de la fuente” (SCHUTZ E LUCKMANN, 2003, p.165). A credibilidade é considerada pelos autores a dimensão mais importante na aquisição de conhecimento. Como o discurso da mídia é apreendido pelo senso comum como um discurso de autoridade, de quem sabe mais para quem sabe menos, ele conta com um elevado grau de credibilidade.

O poder da mídia na construção social da realidade, decerto, precisa ainda ser estudado com mais afinco. Spink e Medrado (2000) ressaltam que a mídia não somente faz circular conteúdos simbólicos, mas também “possui um poder transformador ainda pouco estudado – e, talvez, ainda subestimado – de reestruturação dos espaços de interação propiciando novas configurações aos esforços de produção de sentidos” (idem, p. 58). Eles concordam com Fairclough no que diz respeito à construção social da realidade pela linguagem – no caso, pela linguagem da mídia:

“A concepção de fatos como construções sociais pressupõe que os métodos produzam, antes de tudo, versões de mundo, podendo ter maior ou menor poder performático dependendo do contexto de produção, do momento histórico, das relações sociais em que ocorre essa produção, aliados à intencionalidade de quem produz e do grau de conformidade de quem recebe” (idem, p. 61).

O próximo editorial é de 11/01/1958 e foi escrito por Stênio Lopes. É interessante observar que, mesmo sendo um editorial, tendo a estrutura do mesmo, no próprio texto o autor denomina-o de *suelto*, assim, fica subtendido que será feita uma pequena análise sobre um fato da atualidade que, na época, era que fosse implantada na Politécnica algum curso de língua estrangeira para os universitários daquela instituição.

A ESCOLA POLITÉCNICA dessa cidade, por seus docentes e sua diretoria, nos merece o maior respeito em sua nosso meio. Há, sobretudo, o espírito novo, que anima e orienta os seus professores e os seus dirigentes, o qual se tem revelado em iniciativas as mais felizes. Bastaria citar o sistema de ministrar certas aulas teóricas nos próprios locais (barragens, pontes, estruturas de concreto armado, fábricas etc.)

onde os princípios na prática, para se ter elevada idéia dos métodos vigentes na nossa Politécnica.

A iniciativa da criação, primeiramente como curso de extensão, futuramente como matéria do currículo de extensão, futuramente como matéria do currículo, de uma cadeira de “Problemas do Nordeste”, é outra mostra patente do espírito novo a que nos referimos.

Neste suelto, desejamos, com a devida vênia, fazer uma sugestão aos homens da Escola Politécnica. Trata-se da criação de cursos especiais de línguas (inglês, francês e alemão) para os estudantes de engenharia, de modo a que êstes possam, quando diplomados, abeberar-se nos livros técnicos publicados naquelas três línguas, a fim de ficarem, pela vida profissional em fora perfeitamente a ar dos avanços da técnica, a qual, afinal de contas, nos vem em maior parte dos Estados Unidos e da Inglaterra, da França e países de língua francesa, da Alemanha, e outros países de língua alemã.

O que se pretende de línguas estrangeiras no nosso curso secundário, é flagrantemente insuficiente para o consumo próprio do estudante do curso superior. Sem cursos especiais de línguas, o estudante brasileiro não lê nem traduz simples trechos literários de francês ou inglês, quanto mais textos escritos em linguagem técnica.

Um simples instrutor do SENAI não pode ser completo, se não souber pelo menos inglês para aperfeiçoamento de seus conhecimentos técnicos. Um engenheiro não pode prescindir das três línguas que citamos. E não poderá aprendê-las senão por meio de cursos especiais, ministrados por professores especializados.

Além de elogiar a diretoria da Escola e os professores, Lopes fala do dinamismo que a Escola tem por ministrar aulas práticas¹⁶ em locais como barragens, fábricas, dentre outros locais e fala do curso de “Problemas do Nordeste” - inicialmente curso de extensão e que depois a Politécnica transformaria em disciplina curricular. Mesmo não sendo esses os assuntos do editorial, o autor faz questão de mostrar que a Politécnica contribui para o crescimento da cidade e para a solução de problemas que envolvem não só a Paraíba, mas também o Nordeste.

Tal afirmação também pode ser encontrada em livro, onde Lopes (1992) afirma que, na década de 50, Campina Grande se apresentava como um dos maiores centros de atividades na Paraíba e, em 1955, a arrecadação de impostos superou a de Manaus, João Pessoa, Aracajú, Maceió, Natal, São Luís, Florianópolis, Teresina e Cuiabá. Sob a lógica do desenvolvimento, o periódico *Diário da Borborema* estaria trazendo para si, seja através de notícias, editoriais ou artigos, a responsabilidade de ser o principal difusor da imagem de uma Campina Grande desenvolvida, moderna e de “ares” progressista.

Entretanto, ao mesmo tempo em que o editorial mostra a modernização da cidade, onde a Politécnica também contribui, o autor atenta sobre a importância da capacitação dos alunos do curso de Engenharia Civil no que tange ao aprendizado de novas línguas, como poderemos ver em seguida.

Percebemos que Lopes incentiva a capacitação dos professores e alunos no que tange a uma maior instrumentalização, em especial, ao aprendizado de línguas estrangeiras. Havia a necessidade de se mostrar a importância da qualificação desses futuros engenheiros, não apenas para eles, enquanto alunos da Escola Politécnica, mas também para os professores e para a própria direção daquela instituição no intuito de oferecer a sociedade pessoas que,

¹⁶ Uma das características que diferenciava a Escola Politécnica de outras instituições de ensino superior era a de ministrar aulas práticas em locais ao ar livre, especialmente aqueles onde os estudantes pudessem por em prática os conhecimentos adquiridos nas aulas teóricas.

além de ser formado em uma ciência tecnológica, poderia versar em outras línguas.

A seguir, apresentaremos outro editorial de tema central semelhante ao já mostrado para, em seguida, fazermos as nossas considerações. O editorial que segue é de autoria de Lopes de Andrade e foi publicado em 30 de janeiro de 1960.

Intercâmbio cultural

A necessidade de intercâmbio cultural entre centros menos adiantados torna-se uma necessidade cada vez mais sensível.

Em nossa cidade a Escola Politécnica tem sabido socorrer-se da cultura proveniente de outros centros, quando contrata professores de fora para ministrar aulas e orientar estudos de seus alunos. Da mesma forma, o Hospital Alcides Carneiro vem realizando com o melhor êxito o intercâmbio cultural com outros centros, trazendo para cá, para cursos rápidos, conferências ou assistência durante algum tempo, especialistas de alto grau, mandados do Rio de Janeiro ou de outras capitais.

Há poucos dias, em palestra no Rotary Club local o dr. Rego Lins, autoridade em obstetrícia, que esta atuando junto ao Hospital do IPASE e deverá permanecer entre nós cerca de um mês, dizia da necessidade de o médico tornar-se um eterno estudante.

O mesmo se poderia dizer do engenheiro, do bacharel em direito, do dentista, do agrônomo, do professor, enfim de qua'quer especialista e técnico. Campina Grande está um pouco à margem dos poderosos influxos dos grandes centros culturais. Com exceção dos cursos acima mencionados, da Escola Politécnica e do Hospital do IPASE, permanecemos entregues ao nosso quase auto-didatismo, depois de dei-

xados os estudos para o ingresso nas atividades práticas.

A Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica tem procurado fazer alguma coisa nesse sentido, vale frisar. Já fez realizar aqui um simpósio de assuntos econômicos e tem programa de realizações no mesmo sentido desde que possa contar com recursos para a contratação de especialistas.

Resta a Faculdade de Filosofia. Mas também os colégios poderiam promover reuniões de estudos, trazendo professores de fora, mas em dia com as matérias e com os novos processos didáticos que estão sempre experimentando melhoria.

De um ponto de vista muito mais modesto, o SENAI tem procurado mandar seus professores ao Sul do País, procurando que eles vejam e observem processos modernos em uso em boas escolas daquele Serviço e empenhando esforços no sentido de que os estágios feitos pelo seu pessoal docente possam produzir frutos, mesmo quando é necessário fazer despesas para o reaparelhamento de oficinas ou de salas de aula.

Agora mesmo, no ensino primário, podemos louvar a injeção de vida nova que deverão trazer professores que, por conta do INEP, realizaram curso de preparação para ensinar trabalhos manuais nos Grupos Escolares, em oficinas de iniciação profissional que estão sendo construído em nossa cidade, uma delas junto ao Externato S. Vicente e outra no Grupo Escolar Félix Araújo.

Devemos incentivar ao máximo essa comunicação e intercâmbio de cultura e de técnica. Devemos criar entre nosso pessoal de nível superior, médio e elementar condições de estudo permanente.

Ambos editorias falam da importância de se conhecer novas

línguas e ter contato com diferentes instrutores, especialistas e professores que tenham tido alguma experiência ou contato com outras culturas. Percebe-se que a Escola Politécnica ganha destaque por ser a única instituição de ensino superior campinense que se preocupa em trazer para dar aulas, professores de outras cidades¹⁷ e até países. Pêcheux (1998, p.57) afirma que “na própria prática do discurso jornalístico, no ‘como se diz’, já se encontra aí embutido o ‘quem vai ler’”.

Podemos inserir essa afirmação na construção discursiva do seu leitor. Discursiva porque estamos trabalhando com a materialidade da língua cuja ordem simbólica, afetada pelo interdiscurso, produz sentidos.

Por traz deste discurso há a idéia de que a Politécnica era, segundo o editorialista, a única instituição que se preocupava com o processo ensino-aprendizagem, objetivando a qualidade do profissional e do cidadão que se pretendia formar. Apenas o SENAI¹⁸ (Serviço Nacional de Aprendizagem) de Campina Grande, escola de nível industrial que se preocupava, segundo o autor, a investir no intercâmbio cultural dos seus professores.

Veremos a seguir uma seqüência de editoriais que falam sobre a formatura da primeira turma de engenheiros da Escola Politécnica. Perceberemos tanto no texto de José Stênio Lopes quanto no de Lopes de Andrade a importância que eles dão ao fato, mas não pela formação desses engenheirandos, e sim, pela formação esta sendo oferecida pela Escola Politécnica de Campina Grande, “escola superior que nenhuma outra cidade do interior do país, em toda região norte nordeste conseguiu instituir e manter”, como afirma um dos editoriais que seguem. Os dois primeiros editori-

¹⁷ A Escola Politécnica de Campina Grande possui em seu entre seus docentes vários que vieram de outras instituições, a exemplo do professor José Rezende Pereira Neto, engenheiro eletrônico oriundo do ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica).

¹⁸ O Departamento Regional do SENAI da Paraíba foi criado no dia 28 de dezembro de 1952, com sede em Campina Grande. No entanto, só a partir de 1953, o DR/PB passou a ter existência própria, tendo como primeiro Diretor Regional o professor Amaro Salvatore Simoni.

ais são de 1958 e o terceiro, que é sobre formatura, mas não da primeira turma, é de 1961, ano em que a Politécnica seria federalizada.

Deixar de encher as ruas de pernas

Lopes de Andrade

Vai a Escola Politécnica desta cidade diplomar neste ano os seus primeiros engenheiros civis, em número de 8, os primeiros aliás a se formarem na Paraíba.

O que isto representa para o progresso do Estado e do interior da Região que habitamos somente os que sentem, diretamente, a necessidade de técnicos de nível superior podem avaliar.

Não está ainda a Escola Politécnica devidamente instalada para a especialização de seus engenheiros de modo a atender a todas as exigências da evolução econômica. Mas isto tem de ser levado à conta do pouco tempo que ela começou a atuar.

A Prefeitura de Campina Grande, para poder dispôr de um engenheiro eletro-técnico, necessita contratar os serviços de um profissional em Recife que vem de 15 em 15 dias dar assistência que é reclamada e toda hora pela rede de distribuição local.

O mercado de mão de obra especializada de ensino superior caracteriza-se por uma procura desesperada e uma oferta cada dia menor do que no dia anterior.

Esta competição pelo engenheiro tem elevado os salários desse tipo de técnico de nível superior a alturas astronômicas. As ofertas feitas cobrem praticamente todos os índices inflacionários, situando-se as vezes na raia dos absurdos.

Não sei como as famílias de classe média ainda encorajam os seus filhos a estudarem Direito, Filosofia e outras profissões liberais em que a procura de profissionais, mesmo os mais competentes e experimentados é cada vez menor e mais mal paga.

Havendo em Campina Grande uma Escola de Engenheiros reconhecidos em caráter definitivo pelo Governo da República, compreende-se que alguns pais esnobs mandem ainda os seus filhos estudar em Recife ou até Rio de Janeiro e São Paulo.

Mas, os pais membros da classe média, que fazem esforços inauditos para custear o estudo de seus filhos, de modo nenhum descartam incorrer no mesmo erro, que só a verdade sustentada pelos lucros inflacionários pode justificar.

Um engenheiro mal sai hoje da Escola encontra imediatamente quem o empregue com ordenados mensais de 15 e 25 mil cruzeiros. E se o diplomado for um rapaz com inteligência e capacidade técnica acima da média, não faltará oportunidade para fazer uma carreira que nas demais profissões liberais não lhe ocorreria senão depois de 5 a 19 anos de trabalhos estafantes.

E isto não se refere somente ao mercado de trabalho do Sul do País, como muitos podem pensar. Refere-se ao próprio mercado nordestino, caracterizado tradicionalmente pelo sub-emprego.

A Prefeitura de Campina Grande, mesmo que pudesse empregar um engenheiro exclusivamente para dirigir seus serviços elétricos, não o encontraria nesta cidade nem em Recife, nem em Fortaleza, nem em qualquer das Capitais do Estado do Nordeste, a não ser que estivesse em condições de cobrir as despesas feitas pelos grandes centros urbanos brasileiros, que chegam a pagar a um técnico para seu uso próprio,

ordenados de mais de 100 cruzeiros por mês e outras vantagens subsidiárias.

Por outro lado, aquela antiga idéia que todos repetem de que o estudo de engenharia é um privilégio de rapazes excepcionalmente dotados de inteligência, já não tem nenhum cabimento com os métodos modernos de ensino. Qualquer rapaz pode ser um engenheiro competente e mesmo brilhante, se apenas dedicar-se a estudar, ao invés de passar os dias a encher as ruas de pernas e as noites a assistir cinemas sem qualquer proveito do desenvolvimento da comunidade.

Lopes de Andrade fala sobre a importância da existência da Escola Politécnica de Campina Grande que, além de estar formando os primeiros universitários do estado da Paraíba, beneficia, não apenas a cidade e o estado, mas todo o país. Com a Politécnica campinense, o governo municipal não precisará mais gastar grandes quantidades de dinheiro para trazer de outras regiões, técnicos ou engenheiros para realizarem determinados serviços. A Politécnica supriria essa carência.

Percebemos que Andrade desvaloriza alguns cursos superiores e da área de humanas, a exemplo de Filosofia e Direito. Possivelmente isso se justifique pelo cenário político e econômico da década de 60, onde o Brasil e o Estado precisavam de pessoas cuja formação estivesse ancorada em sólidas bases tecnológicas, um perfil de profissionais diferente do que vigorava até então, quando a ênfase era para profissionais liberais como médicos, advogados. As ciências exatas eram demasiadamente valorizadas, pois o país estava precisando de engenheiros e arquitetos.

Para que não houvesse um possível estranhamento dos seus leitores acerca da possível desvalorização dos cursos da área de humanas, o autor trabalha o assunto falando de acontecimentos que são do senso comum, em especial o que fala da importância de se estudar na Politécnica, diga-se de passagem, ao invés de

“encher as ruas de pernas e as noites a assistir cinema sem nenhum proveito para o desenvolvimento da comunidade”.

O senso comum compreende o que podemos chamar de universo consensual, em oposição ao universo retificado tratado pelas ciências. Portanto, nenhum conhecimento especializado se faz necessário para a compreensão das representações, que “restauram a memória coletiva e lhe dão forma, explicando os objetos e acontecimentos de tal modo que eles se tornam acessíveis a qualquer um e coincidem com nossos interesses imediatos” (MOSCOVICI, 2003:52). Uma importante contribuição das representações sociais é justamente colocar o senso comum como objeto de estudo para ajudar a compreender fenômenos sociais.

Procurando dar corpo à reflexão sobre a relação existente entre autoria e interpretação Orlandi (1996a) enfoca a relação com o outro, mostrada, e o Outro, como constitutiva. Trazendo a especificidade do discurso, Orlandi (idem, p. 74) afirma que “o outro é o interlocutor (efetivo ou virtual) e o Outro é a historicidade, concebida sob a forma do interdiscurso”. Com essas considerações, continua a autora,

“podemos dizer que a posição-autor se faz na relação com a constituição de um lugar de interpretação definido pela relação com o Outro (o interdiscurso) e o outro (interlocutor). O que em análise de discurso, está subsumido pelo chamado efeito-leitor”

Assim, diante da injunção à interpretação, o autor fica determinado, de um lado, pela sua relação com o Outro – memória do dizer -, por isso não pode dizer coisas que não tenham sentido. Por outro lado, fica determinado pelo interlocutor – o outro efetivo ou virtual – e, portanto, deve dizer coisas que tenham sentido para um interlocutor determinado. Especificando mais a questão, Orlandi (1996a) nos mostra que o “Outro não é o interlocutor mas o lugar da alteridade constitutiva, presença do outro sentido no sentido, presença da ideologia.” (p. 74)

Dessa forma, fazer engenharia era sinônimo de progresso, não apenas intelectual, mas também para a cidade, o estado. Perceberemos agora, o quanto o próximo editorial se afina com o último que acabamos de ler.

A Escola Politécnica

A diplomação da primeira turma de engenheiros civis pela Escola Politécnica da nossa cidade é um acontecimento de relevo que deve ser ressaltado convenientemente.

Campina Grande pode hoje orgulhar-se de contar com uma Escola Superior que nenhuma outra cidade, no interior do país em toda a região norte e nordeste, conseguiu instituir e manter.

Tal fato mostra o espírito de iniciativa dos campinenses e revela um sentido de iniciação de nossos técnicos e líderes sociais para problemas objetivos.

Quando uma cidade interiorana criar uma Escola Superior, prefere via de regra, direito, farmácia, até mesmo filosofia que são estabelecimentos pouco exigentes em matéria de equipamento, podendo ainda dispor de pessoal mais facilmente encontrável para a manutenção dos seus cursos.

A existência de uma Escola Politécnica numa cidade de interior é sinal de que essa cidade já conta com certo respeitável número de técnicos, o que pôr si só indica progresso.

Ora, Campina Grande vem mantendo sua Escola de Engenharia em condições bastante favoráveis. Uma equipe de engenheiros competentes e idealistas vem sustentando os difíceis encargos que implica a preparação de engenheiros civis.

E não é só isso. Há um espírito de renovação do ensino de engenharia na Escola Politécnica de Campina Grande. Ela pretende formar profissionais para

o tipo de trabalho existente na região, onde departamentos de construções do Govêrno vê importando técnicos de outras áreas, encontrando por sinal dificuldades no preenchimento dos seus quadros de engenheiros.

Poucas capitais dos Estados do Norte e Nordeste possuem Escola de Engenharia. A de Fortaleza, por exemplo, que é a segunda cidade mais importante da região nordeste (Natal, Teresina e São Luiz não possuem Escola de Engenharia), tem aproximadamente o mesmo período de existência da de Campina Grande. E a da Capital foi criada pelo Govêrno da União!

A Politécnica de Campina Grande constitui-se assim a mais viva demonstração da capacidade de realização dos campinenses. Ela deve ser considerada como a menina dos olhos de nosso aparelho de ensino superior, resultado do esforço e do idealismo de um grupo de profissionais dos mais ativos e capazes de todo o Nordeste.

Voltando a falar um pouco mais sobre senso comum e representação social, sabemos que a finalidade última de qualquer representação é a familiaridade, isto é, fazer com que algo antes desconhecido se torne familiar e mais facilmente compreensível. Experimentamos objetos e acontecimentos em graus variados de familiaridade. Há coisas que nos são próximas e outras das quais apenas ouvimos falar. Podemos ter, de acordo com nossos planos e desejos, maior ou menor interesse em adquirir familiaridade com algo, ou seja, minha familiaridade é suficiente para “meus próprios fins”. O interesse em jogo aqui é, em sentido mais amplo, pragmático, e determina a aquisição e a interrupção do conhecimento.

No editorial “A Escola Politécnica”, além de buscar que o leitor se sinta familiarizado com o assunto tratado, o autor reforça a idéia de que Campina Grande é uma cidade que sempre está um

passo à frente das demais cidades do interior nordestino, principalmente por ser esta a única cidade interiorana que conseguiu ter uma Escola Politécnica, sendo Campina uma cidade de progresso e moderna.

Para Nisbet (1985, p.187) a partir do final do século XVIII até o século XX, havia uma afinidade entre fé no progresso e fé no que hoje denominamos de “crescimento econômico” e essa crença era quase que unanimidade entre os pensadores daquele período. Ainda segundo o autor, embora os intelectuais discordassem sobre o que realmente significava a palavra “progresso”, existiam duas vertentes sob as quais ele, o progresso, era encarado: o “progresso” como liberdade e como poder.

No primeiro caso, temos os representantes do Iluminismo que consideravam a liberdade como um direito sagrado e, de acordo com essa perspectiva, o último objetivo do progresso deveria ser um constante avanço da liberdade individual no mundo onde esta seria cada vez mais abrangente. No segundo caso, assim como no primeiro, o poder também é celebrado como elemento necessário para a obtenção do progresso. As doutrinas de culto ao Estado, bem como o racismo e a utopia, ligaram o poder à perspectiva de progresso, sempre em nome de algum tipo de libertação, salvação ou redenção na Terra. Esse poder estava mais preocupado em moldar e disciplinar a consciência humana do que limitar a ação da mesma. Assim, podemos ter noção das idéias publicadas no *Diário da Borborema* naquele período, onde algumas podem ser vistas nos editoriais que estamos analisando.

Como nos mostra Veras (1988), a partir da segunda década do século XX, em Campina Grande, era possível observar um acúmulo crescente dos sintomas característicos do processo de transformação urbana, tais como: iluminação pública, tráfego regular de veículos, aumento do número de prédios, crescimento populacional, abastecimento d'água. Cinemas e colégios, "sociedades dançantes", fábricas, praças e monumentos mostravam o quanto a cidade estava se desenvolvendo e contribuía em conjunto, para a

criação da imagem de *urbes* altamente moderna para uma cidade do interior.

A boa imagem de Campina Grande, desenvolvida, limpa e progressista contribuiu para que algumas empresas aqui se instalassem, bem como contribuiu para a criação do Instituto de Pesquisas Econômicas, criado em março de 1958, sendo na época, equiparado aos maiores centros de pesquisa do país. Sabemos que o mundo é o conjunto dos fatos. Fatos são alterações de um estado de coisas. Campina não era tão moderna quanto mostrava o *Diário*. Era uma cidade repleta de “sujeira” com pessoas pobres morando em casebres no centro da cidade, sem contar com a grande massa de pessoas desempregadas, dentre outros que começavam a tomar conta da cidade na esperança de encontrar emprego¹⁹ na *urbes* desenvolvida .

Devemos lembrar que os textos da mídia se apresentam como uma fonte privilegiada da percepção dos eventos do dia, com toda sua agitação e dispersão características. Como o jornal é, muitas vezes, confeccionado em poucas horas, falta ao jornalista a distância necessária para poder estabelecer relações de causa e conseqüência. Essa aproximação não impede, entretanto, interpretações sobre os acontecimentos que noticiam.

Singer (apud Gregolin, 2003, p. 115) afirma que todo relato precisa de um fio condutor, cuja escolha implica uma visão interpretativa dos eventos que encadeia; essa visão é construída diariamente, em meio à agitação e a dispersão dos eventos do dia.

O objetivo da prática midiática é também o presente, transmutado em acontecimento jornalístico, temos a formatura dos primeiros engenheiros da Escola Politécnica como exemplo. A mídia não apenas transforma o presente em acontecimento jorna-

¹⁹ Mais sobre o assunto ver: VERAS, Cassandra Carmo de Lima. O espelho de Narciso: Uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande (1935 - 1945), trabalho monográfico apresentado ao curso de História da Universidade Federal da Paraíba - Campus II e AGRA, Giscard Farias. A Urbs Doente Medicada: a higiene na construção de Campina Grande, 1877-1935. Campina Grande: Gráfica Marcone, 2006.

lístico, como também lhe confere um estatuto histórico. Assim, a sociedade assiste a história do tempo presente sendo construída, no interior dos aparelhos da comunicação de massa, sob a forma de acontecimento. O lugar, por excelência, de produção do acontecimento não é mais o discurso da história, mas o da mídia como nos mostra Nora (1995 apud Gregolin, p. 116):

É aos *mass media* que se deve o reaparecimento do monopólio da história. De agora em diante esse monopólio lhes pertence. Nas nossas sociedades contemporâneas é por intermédio deles e somente por eles que o acontecimento marca sua presença e não nos pode evitar. (...) Imprensa, rádio, imagens não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência.

Como nos mostra Orlandi (1998, p. 76), “as condições de produção constituídas pelas formações imaginárias são atravessadas pelo interdiscurso, exterioridade constitutiva, saber discursivo, não dotado, não representável”. A questão é buscar compreender quais são as relações estabelecidas com essa “exterioridade constitutiva”

Observamos na análise da discursividade, neste e nos outros editoriais, do *Diário da Borborema*, que todo dizer se inscreve no já dito. Todavia, as posições ocupadas pelos sujeitos do discurso é que vão estabelecer diferentes relações com esse já dito. Ainda que o sujeito se mantenha na ilusão necessária de ser origem do seu dizer, o que ele não diz está constitutivamente no seu dizer.

Veremos agora o próximo editorial publicado em 02 de dezembro de 1961.

Saudação aos Engenheirandos

Stênio Lopes

Duas festas de formatura na cidade foram marcadas para o mesmo dia: a dos engenheirandos da Escola Politécnica e a dos bacharelandos da Faculdade de Filosofia. Impossível a gente se bilocar para prestar aos jovens estudantes que ingressaram nas fileiras da vida profissional e institucional, o preito de uma admiração sincera e um parabéns de entusiasmo caloroso. Cada um desses jovens realiza seu ideal depois de uma batalha árdua. Agora é lançar-se à vida prática, onde eles vão sentir saudades fundas dos tempos de estudante. Um professor de mau gênio? Uma dificuldade nos exames? Um conflito com colegas? Um momento de abertura financeira? Tudo isto vai se lhes tornar suave recordação, quando tiverem de enfrentar as ambições, os ódios, a concorrência desleal, a má fé, os vexames que a sociedade dos seus semelhantes lhe atirá sobre os pés. Sob os pés, se eles elevarem bastante o espírito, porque, do contrário, será sobre suas cabeças que lhe cairá a maldade dos outros.

*

NESTA CRONIQUETA, quero saudar os jovens engenheirandos: Moita, Dahia, Paiva. Terei pena de não estar presente a sua festa, pois naquele mesmo dia nas suas mesmas horas de cerimônias festivas de recepção dos diplomas, estarei querendo Deus acompanhando outros amigos: os da Faculdade de Filosofia.

*

PODEM ELES estar certos de que, presentes ou ausentes, todos os amigos da Escola Politécnica lhes desejarão, no dia 8 de dezembro, os melhores votos de felicidade e êxito na vida. É mais uma turma que deixa a Escola e é como se fosse mais uma pedra no alicerce solidíssimo daquela unidade de ensino superior de nossa cidade, sob cujo padrão de eficiência almejamos que todas as outras se ajustem.

*

LEMBREM-SE Dahia, Paiva e Moita de que a Escola Politécnica precisa mais deles agora do que eles precisaram da Escola. Se mostraram no exercício de sua profissão de engenheiros e competência profissional que devem ter haurido dos cursos, a decência e a dignidade que, acima dos conhecimentos científicos e técnicos, valem e brilham mais nos homens e mais necessários são à sociedade, se derem por seu comportamento profissional e moral a prova do que foi e é a Escola Politécnica uma verdadeira matriz de perfeitos cidadãos, úteis à sua Pátria. O conceito e prestígio de uma entidade educacional não estão em seu prédio, em suas instalações, nem mesmo em seus professores: residem nos alunos que forma.

*

TODOS somos testemunhas do esforço empreendido pela direção da Escola para dotá-la de bons mestres, inclusive quando mandou buscar nos mais adiantados centros técnicos do Sul do País aqueles professores pagos pela COSUPI e que deixaram, realmente, na Escola um caminho. Não importa isto em dizer que os outros professores, os recrutados em nosso próprio meio, não fossem bons. Ao contrário, a

grande maioria era e é de primeira qualidade, tendo ademais um fator primordial a valorizar-lhes a capacidade: o amor que sempre dedicaram à sua Escola.

*

OUTRAS gerações de estudantes passarão pela Politécnica. Mas, em verdade, não podemos desejar senão que eles, se não puderem ser melhores, sejam ao menos do padrão dos que até hoje encerraram ali a sua fase de preparação próxima e direta para a vida.

Como podemos perceber mesmo o editorial falando sobre a formatura de alunos dos cursos de filosofia, da Faculdade de Filosofia (FAFI) e de Engenharia Civil, da Politécnica, os comentários sobre os últimos se sobrepõem à formatura dos primeiros. Naquele ano estava se formando à quarta turma de engenheiros da Escola Politécnica onde saíram graduados: Alceu Vilela Paiva, Adalberto Machado Moita e Adalberto Dahia. A formação de mais uma turma é, como diz Stênio Lopes, “como se fosse mais uma pedra no alicerce solidíssimo daquela unidade de ensino superior de nossa cidade, sob cujo padrão de eficiência almejamos que todas as outras se ajustem”.

O texto de Lopes inicialmente trabalha com a idéia de vitória alcançada pelos formandos, em especial os da Politécnica, mostrando de forma implícita, um “relato de trajetória”, o que faz o leitor pensar no caminho percorrido por esses alunos, no “como terão a chance” em ser profissionais de destaque. Nesse caminho, a perseverança e o esforço pessoal de cada um desses formandos são significados como fundamentais. Ou, por trás deste discurso há a idéia de que o sucesso está aí para todos, basta correr atrás. Mas quando se alcança tal sucesso através da Escola Politécnica, é algo bom não apenas para o nível pessoal, mas também para toda a sociedade de forma geral, pois a Escola não estaria a formar apenas um bom profissional, mas pessoas de honra e caráter,

devendo esses alunos se orgulharem não apenas por ser engenheiros, mas por serem engenheiros formados na Escola Politécnica da Paraíba.

Os engenheirandos Machado, Moita e Dahia, em especial, adquirem no editorial o estatuto de modelos, de exemplos a serem seguidos. É como se Lopes afirmasse: “assim como eles, existem tantos outros e um deles pode ser você”. Nesse aspecto, o sucesso profissional apresentado na discursividade desse editorial interpela o engenheiro a ter orgulho de si, pois é ou foi aluno da Politécnica.

Outro ponto que nos é mostrado no editorial é o da Politécnica como a instituição de ensino que é um modelo a ser seguida pelas outras da cidade e do estado. Editoriais e notícias jornalísticas estão inseridos em um processo sócio-histórico de produção de sentidos, no interior do qual, as relações são fecundadas e permeadas pelas instituições produtoras de textos, que realizam o trabalho significante da cultura. Por isso, “quanto mais complexa uma sociedade, mais complexa a semiose que a atravessa. O ideológico e o poder estão por toda parte, enquanto chaves de inteligibilidade do campo social” (VERÓN apud Gregolin, 2003, p. 104). Desta feita, é possível perceber, até o momento, o quanto estão cheios de intenções esses editoriais. Estes não apenas contribuíam para que fosse construída no imaginário uma Campina da ciência e da técnica, mas fortalecia também a imagem de uma cidade do interior que era capaz de se destacar não apenas a nível científico, mas também pelo desenvolvimento político, social e econômico, e esses dois últimos, com ajuda da Escola Politécnica, modelo padrão de eficiência.

6 Considerações finais

Ao longo da nossa discussão tivemos a oportunidade de perceber que a imprensa, seja em qualquer categoria, possui um grande poder de informar, opinar naquilo que acha certo e errado e, o que é o mais grave, manipular as informações. Os meios de comuni-

cação de massa apresentam suas versões dos fatos como verdades absolutas, sem chance de relativização, como realidade objetiva. Como são considerados de alta credibilidade por parte dos quem utilizam, sejam lendo, assistindo ou ouvindo, são essenciais na construção do real.

O poder que a imprensa possui torna-se bastante forte, pois a mesma trabalha com a palavra, com o discurso. E, como todo sujeito é assujeitado, ou seja, o discurso por isso ultrapassa não só a dimensão do indivíduo como também de sua consciência, como nos mostrou Pêcheux.

Durante os dois anos de pesquisa nos arquivos jornalísticos do Diário da Borborema pudemos perceber como a imprensa estava sendo, e ainda é, utilizada para se mostrar uma cidade desenvolvida, que estava de mãos dadas com o progresso, este em diversas categorias, isto é, econômico, social e, como nos mostra os editoriais analisados, tecnológico, mas esse ocorreu graças a Escola Politécnica de Campina Grande. Isso se dá pelo fato de que as formações discursivas estão ancoradas nas formações ideológicas - também regras de existência, mas agora de estruturas de pensamento. Tudo que pensamos deriva de modos de ver o mundo, os homens, as coisas e nós mesmos enquanto seres do mundo. Incluem-se aí a elaboração e o uso de conceitos sobre o mundo dos objetos e o próprio conhecimento, o posicionamento a respeito dos papéis ocupados historicamente pelos sujeitos, a visão do passado e do futuro, a consciência, ainda que difusa, a respeito do que desejamos ser e de como devemos agir, as noções de moral e de ética, enfim, tudo que pode ser sistematizado de forma mais ou menos estruturada como regras de visão, desejo e ação.

Segundo os editoriais de Stênio Lopes e Lopes de Andrade, a Politécnica só foi instalada em Campina Grande, cidade do interior da Paraíba, graças ao espírito de luta e força de alguns intelectuais que na cidade viviam, somente esta afirmação já diz que os campinenses são pessoas dotadas de grande força para alcançar os ideais que não ajudarão apenas eles a cidade, mas a todo o estado e o país. Há também a idéia de que a capital, por

exemplo, por não possuir tais características e desenvoltura para o progresso, não conseguiu ter uma Escola Politécnica. Escola que não só formava engenheiros, mas que tornava os cidadãos que lá estudavam em pessoas retas, dignas e perfeitas, como pudemos perceber em um dos editoriais. A Escola, pelo que dá a entender em alguns momentos, ajudava a disciplinar esses alunos para que os mesmos fossem exemplo a ser seguidos, tanto como profissionais tanto como cidadãos. E isso, obviamente, implantava ou despertava nos leitores desse jornal o idealismo de que eles eram capazes de tudo, até resolver os problemas do próprio nordeste.

No campo das comunicações, existe uma mobilidade espacial e temporal que envolve tanto tecnologia quanto nossa maneira de ver e sentir o mundo. Cada vez mais os leitores têm sido alvo dos jornais no Brasil e na Paraíba, especificamente em Campina Grande não é diferente. Um público que hoje procura o instantâneo, o rápido, encontra num jornal uma fonte de informações fácil. E os editoriais expressam não apenas a linha editorial, em sentido estrito, como ideológica dos periódicos. Servem para orientar os jornalistas e dialogar com os pólos de poder, conferindo homogeneidade ideológica ao periódico como um todo. Representando assim, a voz do proprietário dos jornais, voz esta que começa nas manchetes e fotos e perpassa todo o jornal, incluindo-se necessariamente as coberturas. Como vimos nos editoriais do Diário da Borborema, isto não exclui contradições e ambigüidades, o que é insuficiente, contudo, para retirar o papel do editorial como síntese do pensamento ideológico e da linha ideológica impressa pelos donos do jornal.

O discurso materializa pensamentos e sentimentos. O discurso é, como vimos no decorrer deste trabalho, efeito de sentido, e não apenas produtor de sentido. Existem razões para que ele exista - mais do que isso, existem razões para que outro discurso não exista. A mesma ideologia que determina a evidência de um determina o ocultamento de outro. Se recuperarmos a noção de hegemonia de Gramsci, por exemplo, veremos que a construção de um bloco histórico hegemônico se dá de modo privilegiado no

discurso. É por meio dele que se busca o consentimento e a adesão. É por meio do discurso, seja ele político, religioso, artístico, filosófico ou jornalístico, que as idéias hegemônicas ou predominantes de uma época ou de um grupo são cristalizadas.

7 Referências bibliográficas

- AGRA, Giscard Farias. *A Urbs Doente Medicada: a higiene na construção de Campina Grande, 1877-1935*. Campina Grande: Gráfica Marcone, 2006.
- ALBERT, P. e TERROU, F. *História da imprensa*. São Paulo. Martins Fontes: 1990.
- ARAÚJO, Fátima; *História e ideologia da imprensa na Paraíba*, João Pessoa, Editora A União: 1983.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo, Ática: 1990.
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre. Sulina: 1980.
- BERGER, Peter, LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis (RJ), Vozes: 1995.
- CASTRO, Ruy. *O Anjo Pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo, Companhia das Letras: 1992.
- DO Ó, Edvaldo de Souza. *Politécnica – Primeira Escola Superior de Campina Grande*. Campina Grande, Editora Campina Grande LTDA: S/D.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília, Editora Universidade de Brasília: 2002.
- FOLHA de São Paulo. *Novo manual da redação*. São Paulo, Folha de São Paulo: 1992.

- GARCIA, Luiz (org). *O Globo. Manual de redação e estilo*. 16ª edição, São Paulo: 1992.
- GENRO FILHO, Adelmo. *O Segredo da Pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre, Tchê: 1987.
- GREGOLIN, Maria do Rosário (org). *Discurso e mídia – A cultura do Espetáculo*. São Paulo, Claraluz Editora: 2003.
- LAGAZZI, Susy. *O desafio de dizer não*. Campinas, SP, Pontes: 1998.
- LOPES, Stênio. *Escola Politécnica de Campina Grande – Uma Experiência de Desenvolvimento Tecnológico do Nordeste*. Campina Grande, Editora Tecnal: S/D.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza*. São Paulo, Ática: 1986.
- MARTINS, Eduardo. *O Estado de São Paulo. Manual de redação e estilo*. São Paulo, O Estado de São Paulo: 1990.
- MEDINA, Cremilda. *Notícia um produto à venda - Jornalismo na sociedade urbana e industrial*. 2ª edição. São Paulo, Summus: 1988.
- MELO, José Marques de. *A opinião no Jornalismo Brasileiro*. 2ª edição revista. Petrópolis, Vozes: 1994.
- MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MELO, José Marques de. *Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo*. São Paulo: FTD, 1992.
- MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, Vozes: 2003

- NISBET, Robert. *História da idéia de progresso*. Brasília, Editora da UnB:1985.
- ORLANDI, E. *Segmentar ou recortar?* Série Estudos, Uberava, (10). Faculdade Integrada de Uberaba: 1984.
- ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes: 1996a.
- ORLANDI, E. *Discurso e argumentação: um observatório do político*. Campinas, SP. Labeurb/Unicamp: 1998.
- ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, São Paulo: Pontes: 1999a.
- ORLANDI, E. *Do sujeito na história e no simbólico*. In. Escritos, Nº 4. Campinas, São Paulo, Labeurb/Nuderci: 1999b.
- ORLANDI, E. *Discurso e Texto – Formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, São Paulo, Pontes: 2001.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do Discurso. In. Trad. Brás. GADET & HAK (orgs). *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP. Editora da UNICAMP: 1997.
- PÊCHEUX, Michel. *Delimitações, inversões e deslocamentos*. In: Cadernos de Estudos lingüísticos. Nº 19. Campinas, São Paulo, Iel-Unicamp: 1990.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, São Paulo, Pontes:1997a.
- PÊCHEUX, Michel. *Ler o arquivo hoje*. In: Gestos de Leitura. Campinas, São Paulo, Editora da UNICAMP: 1999a.
- PÊCHEUX, Michel. *Papel da memória*. Campinas, São Paulo, Pontes: 1999b.

- PÊCHEUX, Michel. e FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: Trad. Brasileira GADET & HAK (orgs). *Por uma análise automática do discurso. Uma tradução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP: 1997.
- SCHUTZ, Alfred, LUCKMANN, Thomas. *Las estructuras del mundo de la vida*. Buenos Aires (Argentina): Amorrortu. 2003.
- SILVA, Itan Pereira da. *UEPB: Uma universidade emergente – Retalhos de uma história de 30 anos*. Campina Grande, Departamento de Produção Gráfica da SEC-PB: 1996.
- SPINK, Mary Jane, MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: abordagem teórico-metodológicas para análise das práticas discursivas In: SPINK, Mary Jane (orgs). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 2. ed. São Paulo, Cortez Editora: 2000.
- SODRÉ, Nelson Werneck Sodré. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 1966.
- TORQUATO DO RÊGO, Francisco Gaudêncio. *Jornalismo empresarial - Teoria e Prática*. São Paulo, Summus: 1984.
- VERAS, Cassandra Carmo de Lima. *O espelho de Narciso: Uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande (1935 - 1945)*, trabalho monográfico apresentado ao curso de História da Universidade Federal da Paraíba - Campus II.